



Índice

- 01** Olarte não comparece a evento indígena
- 02** Idoso é agredido por indígena em assentamento
- 03** Funai falha na assistência às crianças indígenas
- 04** ESF do Jardim do Cedro atenderá indígenas
- 05** Prefeitura inaugura exposição fotográfica no Memorial de Cultura Indígena
- 06** Constantina - Área Indígena do município será atendida com o Programa PIM
- 07** Aldeia Barreirinho recebe veículo para escoamento de produção agrícola familiar.
- 08** "O governo não quer tomar posição sobre a demarcação de terras indígenas", diz Nelson Jobim
- 09** Coronel Sapucaia participa do 5º Encontro Regional do Projeto Saberes Indígenas
- 10** Prisão de líderes da invasão reduz incêndios na Terra Indígena Marãiwatsédé, aponta Ibama
- 11** Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola
- 12** Povos indígenas e quilombolas: a mesma luta diante dos mesmos inimigos
- 13** Lauro de Freitas terá projeto para preservação de Quilombos
- 14** Moradores das ilhas recebem palestras para implantação de sistemas de abastecimento



- 15** Censo pesqueiro começa hoje por São Gonçalo
- 16** Reserva ambiental de Ubatuba tem praias desertas e comunidade quilombola.
- 17** CEUs e CCSP recebem mostra de cinema indígena
- 18** Nota de repúdio às reportagens da série "Terra Contestada" do Grupo RBS
- 19** Evento debate direitos dos povos indígenas
- 20** A rica produção do anônimo autor sorocabano
- 21** Povos e comunidades tradicionais debatem Política Nacional
- 22** Bravos Índios Livres
- 23** Boletim Mundo: Apib repudia novo modelo proposto pelo governo para atendimento à saúde dos povos indígenas
- 24** Índio denuncia caça ilegal em reservas indígenas no Acre
- 25** Povo Karajá se reúne para pensar sobre sua cultura
- 26** Indígenas Pirahã e Parintintim serão indenizados por filmagens feita por produtora inglesa
- 27** Mostra apresenta cotidiano da cultura indígena de MS
- 28** Jogos Rurais Sol a Sol serão realizados no setor indígena ABC/Guadalupe
- 29** Terminal ferroviário e escola indígena são principais metas
- 30** Fortalecimento da língua indígena Apyãwa



Olarte não comparece a evento indígena

SÍTIO TOP MIDIA NEWS, 14.08.2014

O prefeito Gilmar Olarte não compareceu ao evento de inauguração do espaço "Nosso povo, nossa terra, nossos índios", e comunidade não pode fazer as solicitações pretendidas

O prefeito Gilmar Olarte (PP) estava sendo aguardado na manhã desta quinta-feira para a inauguração do espaço turístico-cultural "Nosso povo, nossa terra, nossos índios", no Memorial da Cultura Indígena, no bairro Marçal de Souza, em Campo Grande, mas foi representado pelo secretário de Desenvolvimento Econômico, Edil Albuquerque.

A cacique Enir da Silva Bezerra, lamentou a ausência do prefeito, pois muitos assuntos deveriam ser discutidos pela comunidade, inclusive seria feito o pedido de camisetas para serem usadas pelos alunos da Escola Municipal Sullivan Silvestre de Oliveira, quando das apresentações artístico-culturais em eventos públicos.

A diretora da Escola Sullivan, Lucimara Trindade, cobrou do secretário informações a respeito de recursos no valor de R\$ 1,300 milhões que havia sido repassado ao governo municipal, na gestão Nelsinho Trad, para construção e reforma de escolas indígenas, e que, por informações que ela tem, acabou perdido pela não utilização.

"Ainda que não sejamos uma escola exclusivamente indígena, oferecemos educação bilíngue, português e terena, o que nos cadastraria para recebimento do recurso", disse. Lucimara também quer informações sobre uma verba de R\$ 600 mil, para o mesmo fim.

Edil informou que, devido aos diversos compromissos, o prefeito Gilmar Olarte acaba por não conseguir cumprir a agenda, mas que não deixa de enviar representantes e, neste caso, ele cumpria esta função no evento.



Idoso é agredido por indígena em assentamento

SÍTIO TOP MÍDIA NEWS, 14.08.2014

Crime aconteceu na noite ontem no assentamento Beira Rio em Paranhos

Um idoso foi agredido por um indígena na noite dessa quarta-feira (13), por volta das 19 horas. Almiro Barce de Lima, de 63 anos, relatou que estava em casa quando foi surpreendido pelo suspeito Marcelo Lopes, de 18, que passou a agredi-lo.

De acordo com o boletim de ocorrência, a após ser agredido, o idoso conseguiu escapar e pedir socorro na Aldeia Sete Serros, onde o suspeito mora. No local ele explicou o que havia acontecido e voltou para a casa acompanhado por um cacique.

Ao chegarem a residência da vítima, o suspeito foi flagrado com um machado nas mãos. O cacique questionou o jovem sobre o motivo da agressão, no entanto, ele permaneceu calado e entregou o machado utilizado para agredir o idoso.

Um agente de saúde, que presenciou a agressão, encontrou uma barra de ferro e uma foice, que também foram utilizados por Lopes. Segundo a testemunha, o suspeito teria utilizado as ferramentas ao tentar agredir uma criança de nove anos.

Em conversa com parentes de Lopes, o agente de saúde teria sido informado de que o jovem costuma ameaçar pessoas que passam em frente a aldeia. O jovem foi detido e o caso foi registrado na Delegacia Paranhos como tentativa de homicídio.



Funai falha na assistência às crianças indígenas

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 14.08.2014

Nesta semana durante às referências ao Dia Internacional dos Povos Indígenas no último dia 9 de agosto, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) divulgou números alarmantes sobre mortalidade infantil de crianças indígenas no Brasil. De acordo com o UNICEF, o índice médio de mortalidade de crianças indígenas de até nove anos é quase o dobro da média de crianças não indígenas.

“Não é admissível que, um quarto de século após afirmar os direitos das crianças em todas as partes do mundo, as nações continuem deixando para trás parcelas significativas de suas populações”, afirmou a diretora adjunta de programas do UNICEF, Susana Sottoli, na área de direitos da criança. “Está mais do que na hora de eliminar as diferenças para todas as crianças indígenas, de modo que a Convenção se torne uma realidade também para elas.”

Na América Latina, a probabilidade de crianças indígenas serem obrigadas a trabalhar é muito maior do que as não indígenas, em parte devido aos altos níveis de pobreza. As 101 mil crianças indígenas, distribuídas por todos os estados do Brasil, com exceção do Piauí, Rio Grande do Norte e Distrito Federal, são bastante afetadas pela extrema pobreza e outros fatores que prejudicam o seu desenvolvimento.

Enquanto o Brasil apresenta índices de redução de mortalidade infantil, dentro das comunidades indígenas se nota que as crianças sofrem com vários problemas de saúde que muitas vezes levam à morte, como a desnutrição, a prevalência de doenças parasitárias e alta incidência de tuberculose, cinco vezes mais alta que a registrada entre a população não indígena.

A primeira Conferência Mundial sobre Povos Indígenas, que será realizada em setembro, representará um momento crucial para voltar a atenção para mudanças urgentes necessárias, de modo a garantir que os formuladores de políticas levem em conta os direitos das crianças indígenas.

Segundo o último censo, de 2010, vivem em aldeias hoje no Brasil cerca de 800 mil índios, distribuídos em 611 terras indígenas e centros urbanos. A população de mulheres indígenas é de aproximadamente 408 mil e de crianças indígenas de até 9 anos é de 101 mil. Na Amazônia Legal brasileira encontramos 49% das 230 etnias, falantes de mais de 180 idiomas. Com informações da ONU Brasil e imagem da Agência Brasil

Fonte: Blog Questão Indígena



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

ESF do Jardim do Cedro atenderá indígenas

SÍTIO GOVERNO DE LAJEADO, 14.08.2014

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) do bairro Jardim do Cedro realizará, no sábado (16), mutirão na aldeia indígena localizada às margens da ERS-130, na divisa com Cruzeiro do Sul. Serão realizados testes rápidos de HIV, sífilis e hepatite B e C.

As atividades serão realizadas das 9h às 12h, pelas funcionárias da ESF. Segundo a enfermeira, Alessandra Cassal dos Santos, existe uma resistência por parte dos índios, por isso é necessário que se vá até o local.

Texto: Pâmela Parizzi

Supervisão: Caco Villanova



Prefeitura inaugura exposição fotográfica no Memorial de Cultura Indígena
SÍTIO CIDADE MS, 14.08.2014

A prefeitura de Campo Grande inaugurou na manhã desta quinta-feira (14) no Memorial de Cultura Indígena da aldeia urbana Marçal de Souza, no bairro Tiradentes, a exposição “Nosso Povo, Nossa Terra, Nossos Índios”, que traz representações históricas por meio de fotos das nações indígenas Kamba, Guarani, Terena, Osaie, Atikum, Cadiuéu e Kinikinau.

Ele explica que quis expressar a luta dos indígenas por terras e pelo regaste de suas histórias. “O foco foi o processo de reafirmação cultural destes povos”, disse ele, lembrando que até o final do ano pretende lançar um documentário sobre o assunto.

Espaço – A estrutura do local que recebe o evento é uma grande oca, coberta de palha, e faz parte do circuito City Tour da Capital. De acordo com a coordenadora do memorial, Alice de Oliveira Silva, o acervo instalado conta a história de oito etnias, por meio de 32 fotos.

O espaço recebe atualmente duas mil pessoas por mês, sendo que muitas delas chegam através das duas visitas que o City Tour faz ao local. Lá, 56 artesãos vendem seus produtos, tais como objetos de cerâmica tradicionais da cultura Terena e Cadiuéu, e trançados, arcos, flechas, colares e cocares dos Guarani.



Constantina - Área Indígena do município será atendida com o Programa PIM
SÍTIO NORTE RS, 14.08.2014

Na tarde da última segunda-feira, dia 11 de agosto, o Prefeito Leomar José Behm e o Vice-prefeito Fidelvino Menegazzo receberam a visita da Secretária Municipal de Assistência Social Jamye Rodrigues da Silva; A Coordenadora do GTM a Psicóloga Jerusa Delatorre; As lideranças indígenas da Serrinha que residem nas Linhas São Sebastião, Marcotto e Capinzal, os senhores Ilírio Portela Capitão Geral, Adilson Forte Capitão, Marciano Forte Tenente, Claucir Ferreira e Dorvalino Forte da comissão representante do município e Angela Ferreira representante do município na área indígena.

Na oportunidade estiveram tratando da implantação do Programa Primeira Infância Melhor - PIM, na área indígena de Constantina. O Prefeito Leomar Behm buscou a implantação do programa do PIM na área indígena para contribuir com o desenvolvimento destas crianças. Sendo que através de um levantamento realizado foi constatado que hoje existem aproximadamente 45 crianças de zero a cinco anos na área indígena.

A GTM Jerusa Delatorre explicou aos presentes que as visitadoras do PIM na área indígena terão a responsabilidade de visitar as crianças de zero a três anos nas suas casas individualmente, uma vez por semana através de uma visita planejada de no mínimo 45 minutos. Com as crianças de três até seis anos será realizada uma atividade grupal semanal, e com as gestantes será realizado um acompanhamento quinzenal nas casas das gestantes e um encontro do grupo uma vez por mês.

Cada visitadora deverá atender obrigatoriamente 20 famílias em função do banco de dados, as visitas devem ser planejadas uma vez por semana, esse planejamento deverá ser individual para cada criança e gestante com foco nas dificuldades de cada um com objetivo de estimular as quatro dimensões do desenvolvimento, cognitiva, sócio-afetiva, motora e linguagem. As visitadoras serão acompanhadas e auxiliadas pelo GTM e Monitora, quanto a orientações e questionamentos sobre o desenvolvimento infantil, tendo ainda uma sala onde possam estudar, escrever e planejar as visitas. A Secretária Jamye Rodrigues da Silva destaca a importância do apoio da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Educação e Cultura, juntamente com a Secretaria de Assistência Social, as quais formam o tripé que dá amparo a implantação do PIM.

Após o edital de seleção, as visitadoras farão prova escrita, dinâmica de grupo e entrevista individual psicológica para avaliação de cada inscrita para a seleção. Sendo que serão selecionadas visitadoras aptas e com habilidades que correspondam ao objetivo do programa. Serão oferecidas duas vagas, sendo que depois da seleção será realizada capacitação com as selecionadas.

As representantes das Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, Grupo Técnico

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Municipal - GTM, farão visitas nas casas atendidas pelas visitadoras para averiguar se estão realizando as visitas, observar o desenvolvimento das crianças e auxiliar as famílias, as crianças, gestantes e visitadoras nas questões que dizem respeito ao bom funcionamento do PIM. A capacitação será ministrada e acompanhada por profissionais do município, GTMs e por GTE que estarão presentes para a implantação do Programa Primeira Infância Melhor na área indígena de Constantina.



Aldeia Barreirinho recebe veículo para escoamento de produção agrícola familiar.
SÍTIO BURITI NEWS, 14.08.2014

O veículo foi entregue pelo Prefeito Japão (PMDB) ao Cacique Leodenis Rodrigues Mamedes que estava acompanhado por lideranças da Aldeia Barreirinho, estiveram presentes no ato o Secretário de Assuntos Indígenas Arildo Alves Alcântara, Secretário de Turismo Edimar da Silva Jorge, Secretário de Finanças Julio Cezar e o Chefe de Gabinete Eder Aguiar.

Segundo o Cacique o veículo vai ajudar na escoação da produção da agricultura familiar da Barreirinho onde as famílias plantam milho, melancia, abobora, mandioca e outros produtos.

O Secretário Arildo agradeceu ao Prefeito Japão (PMDB) o empenho para adquirir o veículo e reconhecendo a parceria que existe entre a comunidade indígena com a sua administração.

O Secretário Edimar que também faz parte da comunidade indígena destacou ainda que os investimentos que estão sendo feitos em todas as comunidades indígenas pela administração "Dois Irmãos para Todos" supera qualquer outra administração do passado isso mostra o respeito mutuo do Prefeito Japão (PMDB) para com o povo terena de Dois Irmãos do Buriti.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

“O governo não quer tomar posição sobre a demarcação de terras indígenas”, diz Nelson Jobim

SÍTIO RONDA DO MS, 14.08.2014

O conflito de terras indígenas está longe de ter um fim em Mato Grosso do Sul. De acordo com o ex-ministro da Defesa e do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, a omissão do governo federal tem emperrado a demarcação de terras para os índios no Estado.

“Acontece que o governo não quer tomar posição sobre a demarcação de terras indígenas. A omissão não é do governo do Estado, é do governo federal.”



Coronel Sapucaia participa do 5º Encontro Regional do Projeto Saberes Indígenas
SÍTIO A GAZETA NEWS, 26.08.2013

Nos dias 07 a 09 de agosto de 2014 realizou-se o 5º Encontro Regional do Projeto Saberes Indígenas na Escola em Campo Grande no Eco Hotel Chácara do Lago, em que esteve presente a Coordenadora da ação profª Nídia Sanabria de Oliveira, os pesquisadores indígenas da ação, professor formador, professor conteudista e orientador de estudo da ação do município de Coronel Sapucaia da Aldeia Taquapery com o apoio da Secretária de Educação e Cultura Helena de Souza que tem se empenhado para atender as necessidades da Educação Escolar Indígena e o apoio da Prefeita Municipal Nilceia Alves de Souza e vice-prefeita Sandra Luiza Barbosa, onde a gestão Construindo um Novo Tempo, vem investindo na educação indígena.

A Rede Regional é composta pelas universidades: UFGD, UFMS, UEMS e UCDB. Nesse evento discutiu-se sobre Letramento e Numeramento com assessoria da Profª Dra. Jackeline Rodrigues Mendes – Doutora em Linguística Aplicada na Área de Educação Bilíngue (UNICAMP).

O Lançamento Estadual do Projeto ocorreu no dia 07 de agosto com a solenidade de abertura na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Contando com a presença dos poderes executivo, legislativo, representantes da comunidade indígena dos municípios e pesquisadores da temática. De acordo com a secretária da Secretaria Nacional de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Macaé Maria dos Santos, o foco do projeto é a alfabetização e a etnomatemática, além do fortalecimento da produção dos materiais didáticos específicos para os professores indígenas. O projeto está calcado sobre o Programa Territórios Etnoeducacionais implantado pela SECADI/MEC.

Fonte: Assessoria Prefeitura



Prisão de líderes da invasão reduz incêndios na Terra Indígena Marãiwatsédé, aponta Ibama

SÍTIO ELDORADO FM, 14.08.2014

Ibama está com 9 brigadas do Prevfogo, sendo 4 indígenas, 4 de assentamentos.

Brigadistas do Prevfogo/Ibama retomam as rondas e monitoramento dos focos de incêndio na Terra Indígena Maraiwatsede, no município de Alto Boa Vista - a nordeste de Cuiabá. Após a operação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, na última quinta-feira, 7, que prendeu vários líderes da invasão da terra indígena, a quantidade de focos de calor caiu drasticamente. De um total de 388 focos de calor registrados nos últimos 7 dias, na Terra Indígena Maraiwatsede, o número de focos caiu de 257 para 07, entre os dias 06 a 12 de agosto.

A organização criminosa atuava de modo a impedir que a etnia Xavante usufruísse da área 165 mil hectares homologada por decreto do presidente da República desde 1998. Mandados de prisão, condução coercitiva e busca e apreensão foram cumpridos em diversos municípios de Mato Grosso, Goiás e São Paulo.

Atualmente o Ibama está com 9 brigadas do Prevfogo em Mato Grosso, sendo 4 indígenas, 4 de assentamentos do Incra e uma brigada especial atuando na Transpantaneira. A TI Maraiwatsede vem sendo monitorada e desde o mês de junho os brigadistas do PSS Bordolândia, no município de Serra Nova Dourada, estão atuando na prevenção e no combate de focos de incêndio, juntamente com a brigada da Aliança da Terra e com os próprios índios xavantes.

De acordo com o superintendente do Ibama em Mato Grosso, Marcus Keynes, "sem os incêndios criminosos será possível manter sob controle o fogo, que é utilizado tradicionalmente pelos índios em suas roças de toco e em outras atividades culturais". "A ação criminosa de incendiários estava colocando em risco a vida dos brigadistas que atuam na região", conclui Keynes.

Com cerca de 165 mil hectares, a terra indígena Marãiwatsédé localizada no município de Alto Boa Vista, São Felix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia (MT), foi declarada de ocupação tradicional indígena pela Portaria 363 do Ministério da Justiça (de 1º de outubro de 1993) e teve a demarcação territorial homologada por decreto do Presidente da República em 1998. Atualmente, cerca de 900 Xavantes vivem na área, da qual foram retirados na década de 60, durante a Ditadura Militar.

A retirada dos não-índios que ocupavam indevidamente a Terra Indígena foi determinada por decisão judicial exarada em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

O Ibama alerta para os grandes danos causados pelos incêndios florestais, tanto para a população quanto para a fauna e flora. A população também pode fazer denúncias ao órgão pelo e-mail linhaverde.sede@ibama.gov.br ou por ligação gratuita: 0800 61 8080.



Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola

SÍTIO CEDEFES, 14.08.2014

O Programa Ações Afirmativas na UFMG e o Observatório da Educação Escolar Indígena e Quilombola da UFMG, localizados na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, vem, por meio deste, anunciar a oferta da "Formação de Professores/as da Educação Básica nas Comunidades Remanescentes de Quilombo" – nível Aperfeiçoamento em modalidade Presencial.

A partir de estudos realizados no âmbito dos programas de pesquisa supracitados e em conversas realizadas durante o III Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola fomos informadas sobre a demanda desse curso. Nesse sentido temos como indicação dois polos de funcionamento: Vale do Jequitinhonha (em Berilo) e Norte (em Januária). Serão ofertadas Cem (100) vagas em cada polo, totalizando duzentas (200) vagas para todo o curso.

O curso, a ser iniciado em Setembro de 2014 objetiva-se em promover, junto aos cursistas, a compreensão sobre o arcabouço da Educação Escolar Quilombola considerando os conhecimentos tradicionais formalizados nas comunidades quilombolas, bem como os conhecimentos científicos produzidos fora do quilombo; os elementos da cultura manifestos nas práticas tradicionais, nas formas de oralidade, nos eventos de memória; os aportes do etnodesenvolvimento e das lutas pela terra; e as dinâmicas do território, e da construção da identidade dos sujeitos quilombolas. O público alvo são as/os profissionais da educação que atuam em escolas quilombolas ou em escolas que atendam o público dessas comunidades.

Para execução do curso a UFMG assume todos os custos concernentes ao material a ser utilizado, bem como à equipe de professoras/es do curso. Em contrapartida pressupor-se-á uma parceria entre as secretarias de educação, que terão funcionários cursistas, no que tange a 1- a liberação dos funcionários para participação nos encontros presenciais; 2- custeio do transporte, hospedagem e alimentação dos funcionários para os encontros presenciais em seu polo; 3- custeio do transporte durante o módulo 2 que acontecerá em Belo Horizonte.

Sobre as datas dos encontros, ainda necessitamos acordá-las com as/os cursistas e suas secretarias de origem. Para tanto, gostaríamos que esta nos indique possíveis datas para os encontros listados no cronograma a seguir.

Endereço para envio de inscrições:

kizombaufmg@gmail.com

ou

Programa Ações Afirmativas na UFMG

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte - MG

CEP 31270-901 - Fone: (31) 3409-6214



Povos indígenas e quilombolas: a mesma luta diante dos mesmos inimigos

SÍTIO CIMI, 14.08.2014

Augusta Eulália Ferreira*

Para muitos pode parecer força de expressão afirmar que os inimigos dos povos indígenas são os mesmos dos quilombolas – e pode-se dizer também de outras comunidades tradicionais. Contudo, os fatos evidenciam que a realidade, infelizmente, é esta.

O Brasil já há alguns anos, e cada vez mais, vem intensificando aspectos que caracterizaram o processo colonial primeiro, aquele iniciado ainda no século XVI. Entre estes aspectos destaca-se, em grande vulto, a reprimarização da economia. Ou seja, semelhante àquela aurora das primeiras invasões, hoje este continente destaca-se pela exportação de matérias primas. Da madeira e do açúcar, produtos principais dos saques iniciais, ampliou-se absurdamente a variedade de mercadorias exploradas e exportadas atualmente, como, por exemplo, os grãos, carnes e minérios. Na cadeia de produção, a exploração do ser humano e da natureza entram também como commodities disfarçadas nesta fase neocolonial.

É justamente no literal lastro dessa exploração, os territórios invadidos, que se instalam os inimigos comuns de indígenas e quilombolas. Sabe-se que para a produção em larga escala, os monocultivos de base exportadora utilizam porções quilométricas dos solos brasileiros. Estes, não podemos esquecer, estão concentrados nas mãos de menos de 3% de proprietários que dominam mais de 60% das terras agricultáveis.

Considerando que na essência do latifúndio e dos monocultivos estão a superexploração dos solos, o uso intensivo de venenos, a quebra do equilíbrio da natureza pelo emprego exagerado de maquinários e químicos, a “necessidade” de novas áreas constantemente é imposta. É aqui que entram, ou saem, os povos indígenas e as comunidades quilombolas.

Para garantir a contínua expansão das terras e seus outros interesses, setores como o agronegócio e as empresas multinacionais vinculadas a ele vêm se fortalecendo de diversas maneiras e se confrontando aos direitos dos povos. Neste sentido, constata-se uma crescente articulação contra as garantias constitucionais, a duras penas conquistadas pelos povos indígenas e quilombolas. Destaca-se o amplo poder destes setores no Congresso Nacional e suas iniciativas para alterar ou criar leis que significam um verdadeiro retrocesso nos direitos territoriais. Da Câmara dos Deputados emanam iniciativas absurdas como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 - e outras onze à ela apensadas -, que transfere do Executivo para o Legislativo a atribuição de demarcação de terras indígenas e titulação de terras quilombolas, além da criação de unidades de conservação ambiental. A bancada ruralista, minoria social brasileira, desproporcionalmente super-representada no Congresso, legisla em causa própria, ao avançar ofensivamente sobre as históricas conquistas dos movimentos indígena e quilombola.

CONT.



Além dos problemas acima expostos o poder Executivo, que tem a obrigação constitucional de efetivar o direito territorial dessas populações, soma-se ao rol dos inimigos dos povos. Um dos fatos que mais explicita essa postura do Executivo é a efetiva paralisação dos processos de demarcação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas. Apesar de uma homologação ter sido assinada, nenhum procedimento demarcatório de terra indígena foi concluído em 2013. Desse modo, a média anual de terras demarcadas da presidente da República Dilma Rousseff diminuiu para 3,6, a pior média desde o fim da ditadura militar, consolidando-a como a chefe de Estado que menos demarcou terras indígenas na história recente do país. Muito possivelmente assim será também quanto às terras quilombolas.

Segundo a pesquisadora Rosa Elizabeth Marinho, da Universidade Federal do Pará (UFPA), não há nenhuma disposição do governo em efetivar este direito às comunidades. Ela afirma que esta paralisação nas titulações visa atender aos interesses do agronegócio. Ou seja, a subserviência governamental também se expressa quando o assunto é o direito quilombola. Dados de uma recente pesquisa divulgada pela Comissão Pró-índio, de São Paulo, indicam que neste ano não foi titulada nenhuma terra quilombola no Brasil. A mesma organização divulgou que em 2013 apenas quatro terras quilombolas foram tituladas, sendo que três receberam títulos parciais. Esta parece ser uma orientação do governo também para as terras indígenas, visto que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em suas pseudo negociações, reduziu terras já reconhecidas pelo órgão indigenista governamental, como as dos Guarani, no Rio Grande do Sul, e dos Xetá, no Paraná.

O que não se reduz são os benefícios concedidos pelo governo ao agronegócio. De R\$ 136 bilhões, em 2013, os recursos para o Plano Safra aumentaram para R\$ 156 bilhões em 2014/15. Parece, portanto, não ser coincidência o fato de que este foi o setor que mais doou, até o momento, para a campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, com destaque para a empresa JBS, que doou R\$ 5 dos R\$ 6,35 milhões repassados pelo setor, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tudo indica que, como essas “trocas de gentilezas” tendem a se manter, aos povos indígenas e quilombolas restará intensificar os laços de união e as lutas conjuntas, como vêm acontecendo em diversas regiões do Brasil.

Refazendo, reavivando ou intensificando as antigas alianças, como já ocorreu no passado quando se uniram para enfrentar a escravidão colonial, indígenas e quilombolas tecem as novas redes da história. “Com nossa cantoria e o toque do tambor, no gingado da nossa dança, reafirmamos nossa identidade quilombola. Com nossos maracás e nossos pés batendo forte no chão, anunciamos que somos povos indígenas desta terra e é nosso esse chão. Compartilhamos nossa alegria de viver, denunciamos as injustiças e anunciamos um novo tempo de luta e resistência”, afirmam conjuntamente[1].

*Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

[1] Encontro de Povos Indígenas e Quilombolas, Maranhão, novembro de 2013



Lauro de Freitas terá projeto para preservação de Quilombos

SÍTIO NOTÍCIAS DA BAHIA, 14.08.2014

Três projetos serão desenvolvidos pela Fundação Palmares no município

Decom

"Palmares no Quilombo", que desenvolve oficinas de artes e cultura para idosos, adultos e jovens, "Palmares na Escola", que insere no contexto escolar práticas culturais e históricas e o "Curso para Elaboração de projetos para Povos de Terreiro", que se propõem a capacitar os seguidores do candomblé para que tenham entendimento e possam se inscrever em editais e licitações públicas. Estes foram alguns dos acordos firmados entre a Prefeitura de Lauro de Freitas e a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, que promoveu uma reunião nesta quinta-feira (14), na Secretaria de Cultura, em Portão, preocupada em preservar a comunidade de Quingoma, que é remanescente de quilombos.

O prefeito da cidade, Márcio Paiva, o presidente da Fundação Palmares, Hilton Cobra, o representante da Palmares na Bahia, Fábio Santana, o superintendente de Promoção a Igualdade Racial (Supir), Cláudio Reis, secretário de governo, Márcio Leão, além de representantes do povoado discutiram questões sobre limites territoriais e preservação do patrimônio imaterial da comunidade.

Para o presidente da Palmares é muito importante unir forças para garantir a preservação do território e a cultura do povo quilombola em Lauro de Freitas. "Vamos trabalhar juntos. Muito saber que temos o apoio da gestão municipal", reforçou. O representante da Fundação na Bahia, Fábio Santana, afirmou que a união das forças é fundamental no processo. Ele explicou que o principal propósito da reunião é pactuar ações que favoreçam a comunidade de Quingoma.

O prefeito Márcio Paiva se comprometeu a contratar um antropólogo para adiantar o processo de delimitação territorial. "Sabemos da importância da preservação do povo quilombola do nosso município. Vamos fazer o possível para ajudar no processo", frisou o gestor. Após o estudo antropológico, o órgão responsável em fazer a cartografia é o Incra. Lauro de Freitas tem cerca de 163 mil habitantes, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cerca de 3.500 são quilombolas e residem na comunidade de Quingoma. A presença das raízes africanas e quilombolas é percebida pela quantidade de terreiros na cidade, são 487 templos.



Moradores das ilhas recebem palestras para implantação de sistemas de abastecimento

SÍTIO AGÊNCIA BELÉM, 14.08.2014

Até o dia 20 de agosto, os moradores da região das ilhas de Belém participam de uma série de palestras educativas que tem como tema os Sistemas de Captação de Água de Chuva (SAC), previstos para serem instalados nessas comunidades dentro do programa "Cuida Belém – Ilhas", executado pela Prefeitura de Belém. O objetivo, com essa iniciativa, é explicar aos moradores dessas comunidades o que são e como devem ser utilizados esses sistemas, além dos benefícios que eles trarão.

Segundo Josaphat Neto, sociólogo e representante do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas, o projeto traz novas perspectivas às comunidades ribeirinhas. "Para todo mundo água é vida, mas pra eles essa relação é um paradoxo muito grande. Ao mesmo tempo em que estão cercados por água, eles não dispõem desse recurso para o consumo", explica.

Para o extrativista de açaí João Rodrigues Pinho, morador de Ilha Grande, projetos como esse vem diretamente ao encontro das expectativas que há muito essas comunidades têm com relação ao Poder Público. "O prefeito Zenaldo tem só dois anos de governo, o que não é muito tempo para um governante administrar um município como Belém, mas a gente já vê um avanço, com projetos como esse", afirmou.

Assim como João, a professora Maria José Machado da Cruz, moradora há 50 anos da Ilha Grande, acredita que o SAC vai melhorar a qualidade de vida e saúde da população. "Agora teremos uma água de qualidade, água limpa", diz a professora.

A Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto (Amae) tem colaborado com a Prefeitura de Belém para que os moradores de Ilha Grande, Combu, Paquetá, Jutuba, Ilha Longa e Murucutum, que receberão 200 sistemas de Captação de Água de Chuva, estejam devidamente capacitados para utilizá-los até início de setembro, quando serão instalados. Apesar de serem práticos e de fácil utilização, os sistemas dependem da correta utilização do usuário.

O Professor Ronaldo Mendes, chefe do Grupo de Aproveitamento de Água de Chuva, Saneamento e Meio Ambiente (Gpac Amazônia) da UFPA, explica que esses sistemas de abastecimento de água trazem inovações sociais. Eles utilizam filtros de carvão ativado, que retêm as partículas sólidas existentes na água das chuvas. Além disso, a água já reservada recebe uma quantidade de hipoclorito, que garante a potabilidade do líquido.

"Eles são muito mais práticos e simples, fazem a eliminação da primeira água da chuva, geralmente mais contaminada pela poluição atmosférica. E se ainda houver qualquer resíduo de contaminação nos reservatórios, a adição do hipoclorito, a ser distribuído pela Prefeitura, elimina essa possibilidade", assegura.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Para o sociólogo Josaphat Neto, esse é o sistema mais sustentável que existe, e as comunidades das ilhas já começam a perceber. “Hoje a gente tem que comprar água para beber e fazer comida. Com esse sistema vamos poder empregar o valor que gastamos com água em outras necessidades. Vai melhorar muita coisa”, afirma Gisele Trindade, moradora da comunidade de Periquitaquara, na Ilha do Combu.

Texto: Kennya Corrêa

Agência Municipal de Água e Esgoto (AMAE)



Censo pesqueiro começa hoje por São Gonçalo

SÍTIO PORTAL EBC, 14.08.2014

Da Agência Brasil

O censo pesqueiro começa hoje (14) em Itaoca, São Gonçalo, na região metropolitana do Rio. O município também vai receber a Cidade da Pesca, um empreendimento que prevê a criação de um condomínio industrial pesqueiro sustentável. O levantamento foi orçado em R\$ 1,5 milhão e vai contemplar 19 municípios. Além do Rio, o censo passará por São Paulo, Santa Catarina e pelo Paraná.

O mapeamento da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio (Fiperj) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (Sedrap) serve para subsidiar políticas públicas para esse setor. Será feito um levantamento da atividade pesqueira, a pesca industrial e a pesca artesanal e o levantamento das mariculturas, produção artificial em ambiente marinho de seres aquáticos, na área de abrangência da Bacia de Santos. As formas de organização, infraestrutura, logística e tipos de embarcações também serão listadas, assim como aspectos socioeconômicos (renda familiar e estrutura de moradia).

De acordo com o subsecretário da Sedrap, Carlos Krykhtine, as informações coletadas em Itaoca serão fundamentais para direcionar as políticas de atendimento. "Tão importante quanto desenvolver o setor pesqueiro industrial no estado é olhar para estas comunidades. Na Cidade da Pesca, por exemplo, temos uma preocupação muito forte em desenvolver um projeto social."

Estudo pretende revelar perfil da pesca no Rio de Janeiro; ouça

[http://www.ebc.com.br/sites/default/files/null/12-08-14_glaucus- pesca- _ra_dora.mp3](http://www.ebc.com.br/sites/default/files/null/12-08-14_glaucus-_pesca-_ra_dora.mp3)

A coordenadora de Extensão da Fiperj, Maria de Fátima Valentim, também destacou o a importância do levantamento. "Com isso, nós vamos ter um cenário da pesca e da maricultura. É um trabalho que a Fiperj sempre teve interesse de fazer, mas por conta de recursos e de pessoal não pode fazer. Então agora a gente está vivendo um momento muito importante, de crescimento."

A Sedrap está desenvolvendo em Itaoca um projeto na parte de urbanização e de reestruturação para conhecer principalmente as marisqueiras. Segundo a coordenadora, a Fiperj vai aproveitar esse momento para fazer o trabalho de mapeamento em todos os pontos de desembarque, especialmente em Itaoca. "A gente leva a informação para que o pescador e o maricultor possa se inserir nas políticas públicas. Então a gente já ouve o pescador e o maricultor em função disso, mas vai ser a primeira vez que a Fiperj vai fazer um levantamento desse real cenário."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

O levantamento está sendo feito na Bacia de Santos em 18 municípios, que vai de Paraty a Cabo Frio e abrange também os estados de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina. A Universidade do Vale do Itajaí (Univali) está levantando as informações em Santa Catarina e o Instituto de Pesca está buscando dados em São Paulo e no Paraná.

Já o projeto de caracterização no Estado do Rio, será feito ainda nas cidades da Costa Verde, na região metropolitana do Rio e na região das baixadas litorâneas. O mapeamento é feito por quase 40 profissionais, sendo 28 pesquisadores contratados das mais diversas áreas (geógrafos, advogados, assistentes sociais, biólogos e gestores ambientais) e dez técnicos da Fiperj.

Editor Talita Cavalcante



Reserva ambiental de Ubatuba tem praias desertas e comunidade quilombola.

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 14.08.2014

São Paulo não é apenas a terra do desenvolvimento urbano e industrial predatório. No litoral do Estado, cortando 23 municípios, o Parque Estadual Serra do Mar (PESM) resiste como um recanto de 332 mil hectares onde se encontra, quase que totalmente preservada, a natureza de um dos ecossistemas mais ricos do mundo.

Para amantes do ecoturismo, os atrativos do PESM atingem seu ápice na altura de Ubatuba, mais precisamente no núcleo Picinguaba, uma área de 45 mil hectares que abriga mais de dez trilhas, extensa fauna e flora, comunidades quilombolas e cinco praias paradisíacas — que, se visitadas em época de baixa procura turística, darão ao visitante a sensação de ser o descobridor de uma ilha deserta.

A paisagem que protege as praias ainda se encontra quase que totalmente coberta pela mata Atlântica, e é coroada pelos picos do Corcovado (1.150 metros) e do Cuzcuzzeiro (1.275 metros). Entre as árvores e o oceano, o forasteiro pode entrar em contato direto com os principais ambientes da Serra do Mar, como restingas, matas de encosta, costões rochosos, manguezais e planícies litorâneas.

Os pássaros que habitam na região, por sua vez, são extremamente variados. No local, fotógrafos hábeis têm a chance de registrar o beija-flor-rajado, o piá-cobra, o surucuá-de-barriga-amarela, o saí-verde e o lindo gaturamo-verdadeiro.

Já para os amantes de experiências culturais, o núcleo Picinguaba oferece uma boa variedade de passeios: a área é lar de comunidades quilombolas e caiçaras que ainda preservam um modo de vida típico dessa região do litoral paulista.

Aberto a visitas turísticas, o Quilombo da Fazenda, por exemplo, tem 130 moradores afrodescendentes e ocupa a área de uma antiga fazenda de escravos. No lugar, ainda funciona (hoje em benefício dos quilombolas) uma casa de farinha movida a roda d'água do século 19. Os moradores usam o instrumento para fazer sua farinha de mandioca e, logo ao lado, vendem lindos artesanatos e instrumentos de cozinha. A comunidade é também a porta de entrada para a trilha do Jatobá, que vai até Paraty, no começo do Estado do Rio de Janeiro.

Vieiras frescas

Para uma verdadeira experiência gastronômica, porém, o turista deve ir até a Vila Picinguaba, um vilarejo de pescadores com mais de 400 anos de história que, apesar de hoje pontuada por alguns empreendimentos hoteleiros luxuosos, ainda preserva um clima de lugar pacato. No local, é possível comprar, diretamente com os pescadores, deliciosas vieiras frescas (uma dúzia sai por cerca de R\$ 45).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Muitos condicionam as vieiras e as levam para casa. Mas a graça mesmo é abrir a concha ali mesmo, jogar limão em cima do molusco e mandá-lo goela abaixo. Da vila também saem passeios de barco com direção à ilha das Couves, uma das mais belas imagens da região de Ubatuba.

No entanto, se o tempo for limitado para a visita a apenas uma orla, busque a praia da Fazenda, logo ao lado do centro de visitantes do Núcleo Picinguaba. Muito procurado por surfistas, o local é formado por areia fofa e muitas árvores da mata Atlântica. As outras faixas de areia que compõem o núcleo são as praias de Cambury, Brava do Cambury, Picinguaba e Brava da Almada.

E, se em vez de nadar, o turista quiser caminhar, opções não faltam: a trilha da Toca da Josefa, por exemplo, tem 2,5 km de extensão e chega até um mirante para a praia de Cambury. Já a trilha do Pico do Corcovado é mais desafiadora: tem 5 km de extensão, é íngreme, mas presenteia o aventureiro com uma linda visão da orla da região, a 1.150 metros de altitude.

Com potencial para serem perfeitos, os passeios só estragam se começar a cair água do céu — coisa que, infelizmente, é bem comum em “Ubachuva”.

SERVIÇO

A entrada oficial do Núcleo Picinguaba fica no km 8 da rodovia BR-101, a cerca de 30 minutos do centro de Ubatuba. No local, opera um centro de visitantes, que pode dar mapas e informações sobre passeios para o turista. O centro funciona de segunda a sexta, das 9h às 17h.

Uma das agências de turismo de Ubatuba confiáveis que levam turistas em diversos passeios pelo núcleo é a Mar & Serra: www.mareserra.com.br

Para mais informações sobre visitas ao Núcleo Picinguaba, entre em contato com: (12) 3832-9011 ou pesm.picinguaba@fflorestal.sp.gov.br

*O repórter Marcel Vincenti viajou a Ubatuba a convite da Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo (Apresesp)

Fonte: UOL



CEUs e CCSP recebem mostra de cinema indígena

SÍTIO PLANETA OSASCO, 14.08.2014

Mostra temática acontece entre 15 e 22 de agosto e traz 34 filmes realizados por povos indígenas de 15 diferentes etnias localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste

Entre os dias 15 e 22 de agosto, acontece a mostra de filmes Aldeia SP, que tem o objetivo de difundir a diversidade indígena na cidade de São Paulo. Nesta primeira edição do evento, que integrará o Agosto Indígena da Prefeitura de São Paulo, haverá sessões no Centro Cultural São Paulo e em 13 Centros Educacionais Unificados (CEUs).

Ao todo, serão exibidos trinta e quatro filmes realizados por povos indígenas de 15 diferentes etnias localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, além de um ritual, shows e rodas de conversa com lideranças e cineastas de diversas etnias situadas no Brasil. Saiba mais aqui e confira a programação

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=15805>.



Nota de repúdio às reportagens da série "Terra Contestada" do Grupo RBS
SÍTIO CIMI, 14.08.2014

Os membros do Simpósio Temático nº 13: "Indigenismo e Movimentos Sociais Indígenas" proposto no XV Encontro Estadual de História, com tema "1964-2014 - Memórias, testemunhos e estado", realizado entre 11 e 14 de Agosto de 2014, na Seção Santa Catarina (ANPUH-SC), vem a público divulgar Nota de Repúdio à Empresa Rede Brasil Sul de Comunicação (Grupo RBS) devido à reportagem "especial" veiculada em seus meios, sobretudo no Jornal Diário Catarinense, intitulada: Terra Contestada, nos dias 07 a 12 de Agosto de 2014.

É importante salientar que não se pretende com esta nota, repetir o conteúdo vexatório, discriminatório, racista, tendencioso, "parcial" e contraditório das reportagens veiculadas, pois estaríamos corroborando com ideias e pensamentos que marginalizam os povos indígenas ao longo da História deste país. Estes povos vêm sendo paulatinamente execrados e deixados à margem de uma sociedade que se diz plural, diversa, pluriétnica e culturalmente rica quando se trata de divulgar e identificar a imagem da região a qual pertence este estado de Santa Catarina.

Inicialmente, convém questionar e depois esclarecer a tão propalada imagem desta empresa, que tenta promover um jornalismo pautado na imparcialidade. Caso não seja de clareza de seus dirigentes e funcionários, as reportagens apresentam conteúdo conivente e subserviente ao sistema político e econômico dos setores administrativos dos governos, quer em esfera estadual ou federal.

No que se refere à "imparcialidade" do caso em questão, foram ouvidas pessoas de duas entidades, uma governamental e outra não governamental, que segundo a própria reportagem, fazem o mesmo trabalho. Então, ao apresentar informações que denotam juízo de valor, verifica-se uma postura parcial, a qual confunde o leitor desavisado e leigo sobre o assunto. Os sujeitos envolvidos e atacados pela reportagem, sequer foram ouvidos, lideranças (cacique, professores, anciões), famílias Guarani que residem na comunidade Itaty do Morro dos Cavalos. A reportagem veiculou a entrevista de apenas um Guarani, que há algum tempo já não reside mais na Comunidade Itaty. Isso é parcialidade. A parcialidade está visível também em relação aos estudos, laudos e pareceres técnicos, pois são consideradas pela reportagem apenas informações fragilmente embasadas por um antropólogo já desligado formalmente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Poderíamos ainda elencar uma série de procedimentos equivocados no caso dessa série de reportagens e de outras que já foram veiculadas pela mesma empresa de jornalismo e comunicação. Na coluna política do Diário Catarinense é recorrente a postura de contradizer e execrar os indígenas da comunidade Itaty, Morro dos Cavalos, inclusive, impingindo aos Guarani, a culpa pelas mortes ocorridas na BR -101.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Além dos antropólogos, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), da Fundação Nacional do Índio (Funai), existem muitos pesquisadores realizando estudos com os indígenas, sobretudo com o povo Guarani, nas mais diferentes áreas do conhecimento: História, Biologia, Gestão Ambiental, Engenharia, Ciências da Saúde e outras. Convém salientar os estudos realizados por estudantes indígenas Guarani, moradores da própria aldeia Morro dos Cavalos, acadêmicos da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na UFSC. Com isso, ressaltamos que os indígenas são agentes protagonistas de suas próprias histórias e suas opiniões e percepções devem ser consideradas em um Estado que se diz exemplo de multiculturalidade.

Em se tratando de verbas, trazemos à memória, os vários momentos em que foram dispensados recursos para a finalização das obras da BR-101. Nestes últimos 15 anos foram pelo menos três vezes em que foram anunciados recursos que possibilitariam a finalização da obra. Onde foram parar estes recursos?

Não se pode conceber e calar-se sobre reportagens como estas, que são racistas, preconceituosas e incitadoras de violências, em um tempo em que o racismo tornou-se crime, o preconceito é próprio dos ignorantes e toda forma de violência contribui para a falta de diálogo e a intolerância nos contextos social, cultural e econômico.

Assinam:

Membros participantes do Simpósio Temático nº 13: "Indigenismo e Movimentos Sociais Indígenas" no XV Encontro Estadual de História: "1964-2014 – Memórias, testemunhos e estado" realizado entre 11 e 14 de Agosto de 2014.

Florianópolis, 13 de Agosto de 2014



Evento debate direitos dos povos indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 14.08.2014

Governos do Brasil, Colômbia, Peru, Suriname e Venezuela se reuniram para debater os principais desafios e possibilidades de cooperação sobre o tema

Representantes dos governos do Brasil, Colômbia, Peru, Suriname e Venezuela se reuniram para debater os principais desafios e possibilidades de cooperação internacional, durante a primeira Oficina Regional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O evento foi realizado no início desta semana, no Centro de Formação em Política Indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Sobradinho (DF), e debateu a Proteção e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas em Regiões Fronteiriças na Amazônia.

As discussões tiveram dois grandes temas, saúde e registro civil, e incluíram a identificação das instituições de governo de cada país que devem ser envolvidas, por tema e por região.

Para o tema saúde, foram apresentadas propostas para planejar conjuntamente as atividades de cooperação, promover o intercâmbio na formação de profissionais de saúde e de informações, especialmente as epidemiológicas, as de cobertura e tipos de serviços oferecidos e as baseadas em sistemas de informação de saúde indígena.

Na discussão de Registro Civil – Identificação e Documentação, foi dada ênfase na relação entre documentação e acesso a direitos sociais. Também foram apresentadas propostas para intensificar e compartilhar levantamentos demográficos, de localização e de situação de registro dos indígenas, divulgar as exigências nacionais para acesso aos serviços de saúde e a outras políticas públicas em cada país, além de realizar reuniões temáticas regionais e criar ou promover espaços específicos de discussão de temas indígenas em reuniões sobre fronteira.

O tema Povos Indígenas Isolados em Contato Inicial está sendo tratado no âmbito de um programa específico da OTCA, cuja segunda etapa atualmente se encontra em fase de discussão e planejamento, para início em 2015.

Na abertura da oficina, o secretário-geral da OTCA, Robby Ramlakhan, do Suriname, lembrou que "os povos indígenas não reconhecem fronteiras artificiais. São povos que moram nessas áreas há milhares de anos. Povos que têm direito de cruzar a fronteira sem passaporte, sem vacinação. É um direito histórico que eles têm, e temos que saber lidar com esse tipo de situação. Isso obriga a gente a procurar uma abordagem regional. Sozinho um país não tem condições de lidar com essa situação".

Na mesma linha, Maria Augusta Assirati, presidenta da Funai, traçou os objetivos da fundação para o evento, "No Brasil temos muitos grupos que vivem na região de fronteira, sobretudo na Amazônia, e os nossos objetivos são estes: construir de forma coletiva o nosso diagnóstico,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

contemplando as visões de todos os países membros da OTCA que estão aqui presentes; estabelecer perspectivas novas de ação bilateral, trilateral, enfim, cooperadas; melhorar a nossa interlocução; e quem sabe, ir construindo juntos soluções para questões que são tão antigas, tão profundas e tão complexas".

O evento contou com cerca de 50 participantes, representando as chancelarias, os órgãos responsáveis pela saúde indígena e os órgãos responsáveis pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, além da equipe da OTCA.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



A rica produção do anônimo autor sorocabano

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 14.08.2014

Museu Histórico abre hoje exposição que destaca utilitários confeccionados ao longo da história da cidade. Objetos produzidos por índios, bandeirantes, tropeiros e ferroviários são destaques

Maíra Fernandes (maira.fernandes@jacruzairo.com.br)

Uma linha do tempo, formada por objetos que recontam a história de Sorocaba e região, dá a dimensão da importância do trabalho manual dos habitantes dessas terras, ao longo de mais de três séculos. Dispostas no casarão que abriga o Museu Histórico Sorocabano, dentro do complexo do Parque Zoológico Municipal Quinzinho de Barros, essas obras, criadas como utilitários, fundamentam a exposição *As mãos do homem sorocabano*, que abre hoje ao público, a partir das 15h. "A ideia é comemorar o aniversário de Sorocaba e os 60 anos do museu", conta o diretor de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura (Secult), José Rubens Incao.

Para tanto, Incao percorreu acervos de institutos municipais e também de moradores de cidades da região como Araçoiaba da Serra, Tietê, Capela do Alto, Mairinque, que ou colecionam objetos históricos ou mesmo recriam réplicas dos mesmos. No total, adianta Incao, foram mais de 170 pessoas colaborando diretamente com a montagem da exposição, que vai de artefatos indígenas à bonecas de pano, artesanato de palha, rede tropeira, entre outros. "A proposta é valorizar o anônimo autor sorocabano."

Nessa coleta, Incao destaca a conquista de uma das últimas redes tropeiras, que fazia parte do acervo da pesquisadora Vera Job, e a ajuda do colaborador araçoiabano Júlio César Colaço Sani, pesquisador e artesão que o conduziu até essas relíquias que reforçam a presença da cultura indígena, bandeirante, tropeira, dos negros, dos imigrantes, do caipira, entre outros, na concepção do sorocabano. "A exposição parte da identidade cultural do sorocabano e apresenta um panorama da arte popular."

Incao atenta que as obras que constam da exposição são peças utilitárias, criadas a partir dos recursos disponíveis em cada época, como os cestos, as urnas e as lanças indígenas, os barcos dos bandeirantes, as facas dos tropeiros, ou mesmo os muito objetos confeccionados pelos ferroviários, que dão a dimensão da qualidade da escola de formação desses profissionais, cuja a riqueza de detalhes mostra que perfeccionismo que desviavam ao ofício também levavam para casa, e empenhavam na criação de objetos funcionais. Um exemplo bastante emblemático desta prática é, além de uma réplica em miniatura de um trem, um estilizado coador de café. "O funcional vem antes da boniteza", explica Incao, que reitera: mesmo com a abertura hoje, a exposição não é estática e a ideia é que as pessoas participem com mais doações de objetos. Para exemplificar como vislumbra a mostra daqui um tempo, ele usa de um bordão popular: "Quero que (a exposição) aumente e fique igual Capela da Graça Alcançada."

CONT.



Linha do tempo

A exposição começa com a presença indígena e seus artefatos de precisão milimétrica, "começamos com a mão indígena." Cestos, remos, tipiti, flechas, machados, urnas e tecido feito de entrecasca de árvores estão na sala por onde o visitante parte para adentrar à história. "Hoje é arte, mas foi funcional", sentencia Incao.

A sala seguinte apresenta os povoadores e é aberta com uma estátua de Baltasar Fernandes. Os bandeirantes são representados pelos poucos objetos que tinham em suas casas e um barco em tamanho natural que remete às expedições; e os tropeiros, com materiais utilizados na lida com os animais. Para relembrar o legado do tropeirismo, a mostra destaca os trabalhos de selaria, ourives, e o famoso facão sorocabano "o canivete suíço da época", pontua Incao. Na sala, ainda está disposta a obra de Ettore Marangoni que retrata a elevação de Sorocaba à vila.

Em outro espaço, mas ainda em continuismo histórico, há objetos como a viola caipira, difundida pelos tropeiros, os objetos de cerâmica e o tear, que abarcam um universo tropeiro-caipira que deve remeter boa parte do público ao saudosismo. Em sua busca, Incao não ignorou objetos comuns às casas simples da época, como canecas feitas de latas, gamelas, potes e botijas.

Na mesma sala, mas divididos pelo tempo, há a prensa de fazer banha sinalizando o começo da industrialização - e também da riqueza da família Matarazzo. Em seguida, há a lembrança dos imigrantes alemães, ingleses, espanhóis, austríacos, representados pela produção de cerveja, bola de futebol e mesmo uma famosa fábrica de chapéus.

A forte presença da cultura negra na cidade também é destacada pelos tambores de batuques, famosos em Sorocaba, mas proibidos. "O pesquisador Carlos Carvalho Cavalheiro me ajudou muito", conta Incao, lembrando que um dos mais importantes nomes da cultura afro em Sorocaba, João de Camargo, é destacado na exposição.

Um novo momento

Já em outra sala, outro importante momento do desenvolvimento da cidade e região chama a atenção: a chegada da ferrovia. "Essa presença indígena, bandeirante, do tropeiro, passa para outro momento com a chegada da ferrovia. O que os ferroviários faziam no trabalho, eles também começaram a fazer em casa. Há um requinte na produção e no acabamento", afirma Incao, endossado pelas obras expostas, como uma maquete de um dos cursos de formação de ferroviárias rica em detalhes, e utensílios domésticos confeccionados com materiais nobres, além de réplicas de armamentos.

Outro momento da exposição privilegia a arte sacra utilizada na região e também produzida aqui. Colunas da Igreja do Rosário e uma cadeira que dizem ter pertencido a Frei Galvão estão em exposição no local que ainda abriga peças esculpidas por santeiros regionais.

Encerrando a exposição, aspectos da construção civil característica como uma bandeira de portal datada de 1863 e feita por ferreiros, divide a sala com ferramentas de marceneiros,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

sapateiros, peças de engenho de cana, e ajudam a contar a história de Sorocaba e região.

Para não ficar apenas no mundo prático e adulto, Incao ainda incluiu na exposição uma seção dedicada ao mundo lúdico dos brinquedos, com itens como um conjunto de casa de boneca com mesa, armário e cadeirinhas, arco e flecha de índios, carrinhos, panelinhas... "Temos desde brinquedos feitos de barro até de lata de cerveja reciclável." Incao não esqueceu também de recordar que a região já foi uma das melhores praças para os circos-teatro, acolhendo até hoje famílias remanescentes de importantes clãs artísticos como os Malhone, do Circo Guaraciaba, e Nair Ordep, filha de Pedro Osório, do Circo Ordep. Para rememorar esses áureos tempos, a mostra contará, também, com o artesanato de circo, feito para embrulhar os doces nos dias de espetáculo e produzidos por essas famílias. "A mostra homenageia o povo por meio do trabalho de múltiplas mãos e do produzir arte e viver, fazendo destas múltiplas mãos a grande trama do maior patrimônio de nossa cidade: o povo sorocabano", frisa Incao.

Serviço

A exposição será aberta oficialmente hoje, às 15h, e a visitação pública acontecerá de terça-feira a domingo, das 9h às 16h. O Museu Histórico Sorocabano está instalado na área do Parque Zoológico Municipal Quinzinho de Barros, na rua Teodoro Kaizel, s/nº, Vila Hortência. Informações pelo telefone (15) 3227-2825.



Povos e comunidades tradicionais debatem Política Nacional

SÍTIO PORTAL BRASIL, 14.08.2014

Objetivo é rever Projeto de Lei que estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável destes grupos

Representantes de povos e comunidades tradicionais do Centro-Oeste e do governo federal estão reunidos em Cuiabá (MT) para dialogar sobre a Política Nacional de Desenvolvimento para Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

O encontro, que começou nesta terça-feira (12) e vai até sexta (15), tem como objetivo gerar recomendações ao Projeto de Lei 7.447/2010, que estabelece diretrizes para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. É o terceiro encontro regional preparatório para o nacional. Os anteriores foram em Belém (PA) e Salvador (BA), e o próximo será em Curitiba (PR), entre 25 a 29 deste mês.

Na ocasião, serão avaliadas a atuação da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) - formada por 15 representantes da sociedade civil e 15 do governo. Também serão eleitos representantes e delegados para o seu II Encontro Nacional, a ser realizado de 24 a 27 de novembro em Brasília (DF).

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), no papel de secretário executivo da CNPCT, Paulo Guilherme Cabral, destacou que a integração entre governo e sociedade sai fortalecida desses encontros. Para ele, o maior desafio da comissão é garantir o direito aos territórios, a fim de preservar a cultura desses povos e, consequentemente, o meio ambiente. "Os povos e comunidades tradicionais são grandes defensores da natureza, vivem em harmonia com ela", lembrou Cabral.

De acordo com o representante da coordenação nacional de comunidades quilombolas, Jhonny Martins Jesus, esse debate vai mudar a vida dos povos e comunidades tradicionais do país. Já a líder da rede de comunidades tradicionais pantaneiras, Cláudia Regina Sala de Pinho, afirmou que todos os participantes têm somado esforços na luta de povos e comunidades tradicionais. "Queremos visibilidade e fortalecimento", disse ela. "Povos do cerrado e do pantanal precisam refletir sobre o modelo de desenvolvimento atual".

Além dos representantes da sociedade civil, MMA e MDS, também participaram da mesa de abertura do Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais do Centro-Oeste representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP) e Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Saiba mais

São povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Sobre a PNPCT

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é uma ação do governo federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Bravos Índios Livres
SÍTIO CIMI, 15.08.2014

Por Renato Santana,
de Feijó (AC)

O barulho do batelão reverbera no interior da floresta. Sobre o teto do barco, no horizonte de pálpebras cerradas pelo sol do meio-dia, a zoada mais parece uma revoada de pássaros com asas de ferro invisíveis. A estridência metálica, dentro da mata, espanta araras, macacos e demais bichos no sincopado tu-tu-tu-tu do motor, som reconhecido pelos indígenas em situação voluntária de isolamento na Amazônia como sinal aliterado da sociedade que os envolve. É inverno nesta porção extrema do país. As águas correm abundantes e a embarcação singra, sem muitos percalços, as entrelinhas da lâmina de água, lidas atentamente pelo barqueiro que desvia de troncos, na maioria das vezes submersos, e evita trechos mais rasos ou de intenso rebojo. No verão o rio seca e apenas cascos pequenos conseguem passagem entre as praias naturais, cujas areias oferecem aos isolados ovos de tracajá. O calor e a umidade perpassam as estações, assim como os piuns e carapanãs. O batelão navega contra a corrente vazante, e sete dias depois da saída do porto movediço de Feijó (AC) chegamos à Terra Indígena Kampa/Isolados, demarcada no paralelo 10°S, Alto Rio Envira, já na fronteira do Brasil com o Peru, onde as águas tingidas pelos sedimentos e barro passam a dar vida ao Rio Xinane. Esse vasto mundo se reduz, a cada dia, para os isolados, ainda que tenha o mesmo tamanho.

A região é uma das últimas no mundo a ter grupos de povos livres. Com a Constituição de 1988 e mais protegidos pelas demarcações, todavia vulneráveis às invasões dos territórios, eles conseguiram resistir aos massacres e dobraram suas populações nas últimas décadas. Exercem o pleno direito de resistência às vontades integracionistas da “civilização” e preservam suas próprias instituições sob a memória de uma vida de correrias. Chamadas na região de bravos, essas populações se negam ao contato com as sociedades que as envolvem – sejam as indígenas ou mesmo as ribeirinhas, cujas origens naquelas matas estão em famílias de seringueiros instaladas por ali desde o final do século XIX e decorrer do XX pelas frentes de colonização. Os ashaninka, tal como eles se autodenominam, dividem a Terra Indígena Kampa/Isolados com os bravos e os chamam de maxiriantsé, os valentes. A semântica oferece outro significado para o aparente tom pejorativo da palavra bravo, mas delimita a complexa noção de alteridade presente entre essas nações e seus convívios autodeterminados. No entanto, em terras onde grupos indígenas insistem contra a capitulação de suas formas livres de vida e outros lutam diariamente pela sobrevivência em interface com a sociedade branca, ser bravo, no sentido dado pela língua ashaninka, tornou-se um traço marcante entre esses povos. As relações culturais críticas dessas experiências, no reforço das alteridades tanto dos isolados como dos demais povos, geram um dos contextos mais complexos entre isolados e índios contatados do Brasil.

Entre o final de junho e durante todo o mês de julho essa história ganhou mais um episódio.

CONT.



Um grupo de indígenas livres causou alvoroço ao entrar na aldeia Simpatia, onde vivem os últimos ashaninka antes da fronteira com o Peru. Durante o primeiro semestre deste ano, os ashaninka relataram acontecimentos similares, todos encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF) e à Fundação Nacional do Índio (Funai) pelos indígenas por intermédio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Não se trata, portanto, de um contato inédito. Dessa vez, porém, a Funai decidiu agir e montou na aldeia, em parceria com o governo do Acre, a Operação Simpatia. Os indígenas ficaram impedidos de sair da comunidade. No dia 26 de junho, servidores do órgão indigenista e os ashaninka estabeleceram novo contato com alguns desses livres que, conforme a equipe de sertanistas, estavam com gripe. A Funai divulgou foto com três deles. Durante o tratamento realizado por profissionais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), os indigenistas identificaram que esses livres falam um idioma do tronco linguístico pano, o mesmo de outros povos do Acre e Peru. Os isolados então puderam ser entendidos, de forma precária, sobre os ataques que vêm sofrendo, possivelmente de madeireiros e narcotraficantes peruanos. Em seguida voltaram para o interior da floresta no caminho das malocas de seu povo. Desativada há pouco mais de três anos, a Base do Xinane da Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira retomará os trabalhos.

Frente da borracha... Frente Etnoambiental

Na Terra Indígena Kampa/Isolados está instalada também a Base do Xinane, a três horas de barco da aldeia Simpatia no rumo da fronteira com o Peru. A estrutura foi abandonada depois de ataque de narcotraficantes, em junho de 2011.¹ Antes, porém, de entender essa história que impactou a vida tanto dos ashaninka quanto dos bravos nos últimos anos, além do povo madja, também presente naquelas terras, precisamos fazer uma retrospectiva que remonta a cerca de cem anos atrás. No início do século XX, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial, as mobilizações voltadas à ocupação territorial da região Norte do Brasil se acentuaram. Nas décadas de 1930 e 1940, com ênfase no governo de Getúlio Vargas e nos acordos firmados com os Estados Unidos ante os esforços da guerra travada na Europa, frentes de colonização foram organizadas e seguiram rumo aos confins da Amazônia. Se por um lado a exploração das seringas entraria em seus ciclos econômicos, por outro o Norte passaria a ser parcialmente povoado, e o “espaço vazio” brasileiro, assim considerado pelo governo central, preenchido. Todavia, aquelas florestas tinham dono. Não estavam vazias. Nelas viviam povos indígenas ainda sem contato, que também fugiam. Entrecortado por rios com nascentes nos Andes e correntes às águas do Amazonas, a grande serpente, o Acre foi um dos estados que teve suas seringas e nações indígenas rasgadas por inúmeras frentes de colonização da borracha.

As varações e os igarapés entre os principais rios do estado foram as principais rotas de fuga dos povos indígenas. Os mais velhos chamam esse período de “tempo das correrias”. As mortes eram hediondas aos indígenas que resistissem à escravidão e às vontades dos senhores no poder. Caçadores de índios em nada perdiam aos seus antepassados que ilustraram em tintas de terror a história da invasão europeia à Ameríndia. No Rio Envira, onde, no Médio, viviam os huni kui e, no Alto, os madja, os grupos isolados, para fugir da violência das frentes de colonização, seguiram para mais perto da fronteira com o Peru e para além dela, numa área de circulação que lhes possibilitava resistir. Ao Envira, no entanto, as frentes de colonização não levaram apenas a própria sanha, mas também outros indígenas, que entre outros trabalhos atuavam como mateiros, além de intermediários ao contato agressivo com os povos

CONT.



livres. Afinal, se naquelas terras não viviam, ao menos circulavam. Os isolados, desde então, associam os ashaninka ao tempo dos massacres, contatos violentos, mortes e fugas. Com o fim dos ciclos da borracha, tais frentes de colonização desfizeram-se. Aos ashaninka e povos livres restou a herança do trauma coletivo, que segue pautando as relações entre essas sociedades. Nos últimos anos, com o retorno cada vez mais acentuado dos isolados a antigos territórios hoje ocupados pelos ashaninka, as excursões de livres às aldeias têm sido constantes. Levam terçados, roupas, redes, utensílios domésticos, tudo o que se pode colher nas roças e até mesmo crianças. Os ashaninka aprenderam a lidar com tais “delitos” sem violência, mas temem que em algum momento algo de mais grave aconteça – como antigamente. Caciques e demais lideranças tramam os fios tênues dessa história, elásticos como uma linha de borracha.

“No Rio Envira, os ashaninka sempre andaram, mas nascer aqui só os mais novos. Os mais velhos foram trazidos de outros lugares pelo kairu (branco), de aldeias do Peru. Acontece que estamos aqui e enterramos nossos mortos, fazemos nosso ritual. Nossos filhos nasceram aqui. Nossas aldeias cresceram. Ashaninka não quer brigar com bravo, mas quem aguenta ter suas coisas levadas? Se eles matarem um ashaninka, como faremos?”, indaga Txate Ashaninka, que não sabe ao certo a própria idade, mas aparenta ter por volta de 75 anos. Os olhos vão de um lado a outro em movimentos curtos, num rosto magro, queimado de sol. O cuzmã, espécie de batina e vestimenta tradicional do povo, cobre do pescoço aos pés a baixa estatura de seu corpo de pássaro. As mãos ossudas de Txate alternam entre segurar o próprio queixo, numa postura de reflexão, e apontar a mata enquanto a cabeça mergulha nas memórias encravadas nas árvores que ladeiam o Envira. “Naquela ali eu subia com as outras crianças. Alta, né? Os macacos vinham para perto”, aponta da janela do barco. “Era aldeia antiga nossa. Mais para trás tem kamarambi(ayahuasca) e onde era a roça do meu tio. Saímos daqui por causa dos bravos, mas nunca ninguém morreu. Teve flechado, mas sem mortes”, recorda Txate.

Tal como as árvores carregadas pelo Envira, cujas sementes germinam novas plantas em outras margens, as aldeias ashaninka desfeitas por conta da relação conflituosa com os povos livres reflorestaram o povo em outros pontos do rio, mais longe dos locais de aparição dos bravos. Na década de 1980, a aldeia Xinane foi um desses casos. Bem próxima da fronteira com o Peru, era constantemente alvo dos isolados. Os ashaninka que nela viviam a desativaram e se espalharam em outras aldeias ou fundaram novas. A elas os isolados também chegavam, e assim outras aldeias foram descendo o rio até quase o Médio. Com o aumento das tensões, e já sob uma nova política com relação aos povos em situação de isolamento voluntário, que previa o direito desses grupos de ter uma vida preservada da indesejada companhia das demais sociedades, a Funai construiu uma baseno local da antiga aldeia Xinane. O objetivo era identificar quem eram esses livres, demarcar o território e impedir conflitos entre eles e os ashaninka. Mais tarde, a estrutura passou a integrar a Frente de Proteção Etnoambiental do Xinane.

“Sou o passado falando”

O sertanista José Carlos Meirelles fundou a base e nela viveu durante 22 anos, entre 1988 e 2010. Criou filhos, que com o tempo passaram a trabalhar em frentes de proteção, manteve uma família e a ela agregou os peões que sobre os pisos de madeira da pequena vila também

CONT.



moravam. As histórias de Meirelles são despudoradas quanto a finais felizes e tampouco o transformam em herói defensor dos povos indígenas. "Sou o passado falando", diz. Prefere a prosa ao discurso e não se priva de relatar, com seu sotaque de homem do interior, episódios de que não se orgulha, como quando se viu diante de isolados e, para defender parentes, precisou atirar. O indígena atingido acabou morto. Ou quando foi atacado pelos isolados num igarapé próximo da base, enquanto pescava. Uma flecha atravessou seu rosto e ele precisou ser levado de helicóptero para um hospital de Rio Branco (AC). "Andávamos na mata, coisa hoje esquecida. Parece que hoje se monitora índio isolado e protege-se o território via notebook", afirma. Não há indigenista atuante na temática dos isolados que não tenha ouvido as histórias de Meirelles, seja para criticá-lo ou para tê-lo como referência. Entender, porém, as problemáticas dos isolados do Envira e a política para os isolados da Funai passa necessariamente por um pouco de prosa com Meirelles.

Quando chegou ao Xinane, o sertanista trabalhava com a informação de que apenas um povo isolado vivia na região. "Localizamos. Depois descobrimos que havia outro nas cabeceiras do Riozinho. Localizamos. Depois descobrimos mais um em 2008, além dos mascho piro que andam pelo Envira sazonalmente e com mais frequência de 2006 para cá. E muito provavelmente um quinto grupo que anda nas cabeceiras do Rio Jordão, oriundo da reserva Murunaua, no Peru", explica Meirelles. O tempo e a perseverança, conta o sertanista, fiaram a metodologia de trabalho. As informações inicialmente eram de outros indígenas do Envira ou de ribeirinhos, mateiros. Com a consolidação da Frente do Xinane aperfeiçoou-se a captação de informações, com longas estadias no meio da floresta e monitoramentos por sobrevoos. Descobriu-se então que alguns desses povos são caçadores e coletores, caso dos mascho, que circulam na fronteira do Brasil com o Peru, nômades, e outros agricultores, com possível associação ao tronco linguístico pano. "Quando chegamos, ocorriam muitos conflitos entre os ashaninka e huni kui e os isolados. Em 1989 sobrevoamos suas pequenas malocas, que hoje já devem ser o dobro", lembra Meirelles. O sertanista observa que esses povos tiveram um aumento populacional nos últimos anos e isso também provoca mudanças no comportamento. No Brasil, existem 94 povos em isolamento voluntário.

Narcotraficantes atacam

Se por um lado desde os anos 1980 se registram conflitos entre isolados e os demais povos das margens do Envira, por outro, a partir de 2005, data Meirelles, as cabeceiras do Envira no Peru, até então desabitadas pelo homem branco, foram invadidas por madeiras e depois pela coca. Os empreendimentos, no geral, são de mesmo dono e a madeira é usada para lavar a coca. O avanço das fronteiras do crime organizado internacional para cima do território gerou o episódio de junho de 2011, quando a Base do Xinane foi cercada por narcotraficantes e a equipe de servidores da Funai retirada do local por helicópteros da Polícia Federal. Meses antes, em março, o traficante português Joaquim Antônio Custódio Fadista, condenado por tráfico de drogas no Brasil, Luxemburgo e Peru, foi detido na Base do Xinane depois de aparecer no local sozinho, portando uma mala com drogas e dólares e pedindo passagem. Levado para Rio Branco, foi extraditado para o Peru. Logo conseguiu liberdade e em junho regressou ao Xinane com capangas para se vingar de quem o havia detido e supostamente localizar a mochila recheada com drogas e dinheiro. Meses depois, em agosto, Fadista foi mais

CONT.



uma vez detido. Informados pelos ashaninka, a Polícia Federal e servidores da Funai chegaram ao Xinane para averiguar a circulação de supostos narcotraficantes. Durante a operação, a equipe localizou Fadista no meio da mata, nos arredores da Base do Xinane. O governo federal tem informações de queo narcotráfico, sediado do outro lado da fronteira, estuda a região com o intuito de utilizá-la.

A ação de madeireiras, portanto, estaria atrelada ao narcotráfico e a intensidade da ação delas na região está submetida ao avanço do negócio da droga no território compartilhado pelos ashaninka e pelos isolados. Sobrevoos realizados pela equipe do Xinane, do final dos anos 1980 até sua desativação em 2011 sob fogo cerrado dos traficantes, comprovam a ação de madeireiros. No entanto, tais investidas diminuíram depois da demarcação e da consequente proteção do território. No lado brasileiro registra-se a incidência de pequenos madeireiros, além da utilização da área dos isolados "como supermercado de carne, peixe e madeira por parte dos brancos. Os ashaninka e os madja também pescam nessas áreas para vender em Feijó", diz Meirelles. A tendência é de que a Funai retome os trabalhos da Base do Xinane, mas como impedir que o território deixe de ser acossado pelo narcotráfico? No último dia 24 de março, a presidente do órgão indigenista, Maria Augusta Assirati, reuniu-se em Lima com representantes do Ministério da Cultura peruano para a formalização interinstitucional de protocolos para a proteção e promoção dos direitos dos povos isolados e de recente contato, que vivem nas regiões de fronteira entre os países. Aos indígenas, porém, fica a relação com os isolados.

"Sofreram muitas violências"

O cacique Ominá Madja tem uma pequena coleção de objetos dos isolados recolhidos na mata. Um de seus filhos aprendeu a tocar uma pequena flauta tingida de urucum e musgo. As janelas da casa do cacique miram a floresta chuvosa. Naquele mesmo dia pela manhã, um isolado foi avistado espreitando dependurado numa árvore. Por trás do manto de água nada se esconde. "Eles sofreram muitas violências. Como a gente também. Toda vida que índio morre por um pedacinho de terra, seja querendo ou defendendo ela. Só que os bravos não sabem tudo o que a gente sabe de vocês [brancos]", analisa. Cacique da aldeia Igarapé do Anjo, homônimo de um dos igarapés onde os isolados mantêm aldeias, o indígena afirma que a relação dos madja com os livres não é pautada pela violência, mas que alimentam desconfianças mútuas. "Tentamos falar com eles, apesar de a língua ser diferente. Como a gente não ataca, eles chegam perto cada vez mais. Acharmos cerâmica deles, panelas, flechas e flautas. Estão perto da gente", diz Ominá. O cacique aponta para a ação de madeireiros na região, o que justificaria a aproximação cada vez mais constante desses povos às aldeias madja. Como no decorrer do processo histórico os madja e os ashaninka passaram a casar entre si, algumas aldeias são compartilhadas. "Aqui a gente é madjaninka", riem. Se por um lado as fronteiras impostas pelos Estados nacionais não existem para as populações em isolamento voluntário, que circulam entre alguns países num grande território ancestral, aos ashaninka e aos madja a demarcação da Terra Indígena Kampa/Isolados é apenas uma formalidade importante. A comunidade Igarapé do Anjo está dentro dessa terra indígena, assim como a aldeia Terra Nova, onde o cacique Isanami Madja é casado com uma ashaninka.

CONT.



Enquanto a esposa prepara caçuma de mandioca, Isanami mostra a identidade puída. Levado junto com roupas e panelas, o documento foi encontrado tempos depois, num buraco, junto a outros objetos saqueados pelos isolados. Silenciosos e sem violência, os livres chegaram a levar o mosquiteiro de Isanami enquanto ele e a mulher dormiam. O episódio é lembrado com risos, mas nem sempre as histórias são irreverentes. Certa vez uma mulher madja estava na roça quando foi abordada por dois isolados. Primeiro tomaram o terçado das mãos da indígena e depois insistiram para que ela fosse embora com eles. Os homens da aldeia, tão logo ouviram os gritos da mulher, correram para a roça e lá chegando precisaram afugentar os livres. Tanto a Funai quanto os madja sabem que poucos quilômetros separam as aldeias das malocas dos isolados. Conforme Isanami, tal aproximação tem se intensificado nos últimos cinco anos, mas de uns três anos para cá deixou de ser sazonal e ocorre todas as semanas. "Já os vi muitas vezes, perto da aldeia e no meio da mata. São cabeludos e têm o corpo pintado de urucum e jenipapo. Já vi caçando macaco. Olham a gente e correm. Não ficam, não", conta Isanami. Para o cacique, o mais difícil é ter roupas e utensílios sempre levados pelos isolados. "Olha, vou te dizer meu pensamento: não que tem de amansar ou fazer violência contra eles, madeireiro é quem faz assim, mas imagina ter suas roupas levadas toda hora por outras pessoas; ou a sua roça? Perder tudo. Isso deixa a gente triste", conclui.

Proposta diplomática

Enquanto estive na Base do Xinane, Meirelles realizou algumas oficinas com os ashaninka e os madja para tratar da relação com os isolados. "Creio que os isolados, pela nossa atitude de respeito, durante anos, com aquele território só para eles, consideram sua área de ocupação aquele pedaço. E é. Os ashaninka chegaram ao Envira na década de 1940, os isolados já estavam lá. Então quem invadiu a terra de quem?", questiona o sertanista. A principal reclamação dos ashaninka é de que Meirelles não os deixava participar das ações da frente, e agora eles reivindicam mais protagonismo. Querem entender quem tem se movimentado pelo território além dos isolados. Pretendem desenvolver uma nova diplomacia. "Para a gente, tem peruano no meio e até outros indígenas do Peru juntos. Como vai dizer diferente? A gente quer ir ver mesmo, porque tem ashaninka no Peru que diz isso dos madeireiros e traficantes andando por aqui. Tanto os parentes bravos quanto nossas aldeias estão sem proteção", conclui Txate Ashaninka. Na Base do Xinane, Txate e os ashaninka encontram razão para o argumento: pegadas de pés descalços e botas se misturam riscando o limo que cobre a madeira quebradiça das pontes que ligam as casas da estrutura. Antigo funcionário da base, Francisco das Chagas recorda que Meirelles temia a presença dos ashaninka na base por conta do histórico de conflitos entre eles e os isolados. "Seu Meirelles queria os bravos perto da base", diz Chagas. O experiente mateiro lembra que muitos funcionários da frente foram alvo de flechadas, inclusive o próprio Meirelles, e que "só não morreram porque Deus foi camarada". Os isolados costumavam andar perto das casas da base arremedando animais. E confirma: "Não sei bem a razão, mas os bravos estão cada vez mais em cima dos ashaninka. É de uns três anos pra cá, daqui acolá [gesticula com os braços] a gente vê eles atravessando o rio. Na aldeia Simpatia [última aldeia ashaninka antes da base] não faltam". Chagas também não confirma a presença de peruanos não indígenas, mas salienta movimentações diferentes de isolados na região. O mateiro está há quase duas décadas no Envira, onde casou com uma ashaninka e hoje já cuida dos netos.

CONT.



Crianças levadas pelos bravos

Outras histórias envolvendo os isolados dão conta de crianças levadas por eles. José Poshe e Bibiana Ashaninka nunca se esqueceram de uma festa ocorrida na aldeia há dezoito anos, quando a pequena Sawatxo foi carregada. Na época com 5 anos, a jovem dormia com os irmãos. Ao ouvir choros e gritos das crianças, Poshe correu para casa e, ao chegar, os mais velhos relataram que um bravo havia entrado na casa e levado Sawatxo. Foram muitos dias procurando pela menina na floresta. Em vão. “Deve estar grande. Já deve ter tido filhos. Ela deve ter se acostumado sem a gente. Todo mundo se acostuma a tudo”, diz Poshe olhando para o rio. Dezenas de outras tentativas foram relatadas pelos ashaninka. Do lado peruano, uma das histórias terminou em massacre. Entre os ashaninka do Envira, o ocorrido na comunidade Doce Glória, Departamento de Ucayali, Peru, em 2003, próximo à cabeceira do Rio Juruá, mesmo que não tenha tido a participação de indígenas do Brasil, é um fantasma que assombra as florestas do território que compartilham com os isolados. Enquanto preparava a comida para o marido e outros ashaninka que estavam pescando, uma mulher foi morta por um grupo de livres do povo mascho piro. Imediatamente os ashaninka arregimentaram um grupo e, na mata, deram o mesmo fim da mulher para cerca de trezentos isolados. O relato vem dos ashaninka do Envira, que têm parentes entre os ashaninka do Peru. “Então eu não sei se, caso um parente bravo mate um ashaninka, isso não pode acontecer [um episódio semelhante ao de Doce Glória] no Envira. Eu, como mais velho, digo aos mais novos para não fazerem nada. Para não irem à mata quando se sabe que eles estão lá, mas a gente não controla tudo”, afirma Txate Ashaninka.

O fantasma dessa história, porém, tem razão de assombrar um povo tomado pelo mágico. Os indígenas afirmam que a movimentação dos mascho foi provocada pela ação de madeireiros ilegais vindos do Departamento de Madre de Dios, chegando às cabeceiras do Rio Juruá, perpassando territórios dos isolados, na Zona Reservada do Alto Rio Purus, uma unidade de conservação na Amazônia peruana criada ainda no governo Alberto Fujimori (1990-2000). “Eu penso que se não for retomado um trabalho aqui no Envira pode acontecer algo como lá no Peru. Isso dá mais medo em mim que as flechas dos parentes bravos. Mas a gente não quer que a Funai volte como era antes. Ashaninka e madja precisam estar juntos. Precisamos ser parte”, diz Txate.

No último mês, lideranças ashaninka relataram a aparição de isolados na aldeia Simpatia. Na mesma comunidade, um indígena caiu em uma armadilha dos livres, no interior da floresta, mas não se feriu. No Igarapé do Anjo, aldeia do povo madja, a inserção dos livres acontece toda semana. A Base do Xinane, devorada pela fome úmida da floresta amazônica no paralelo 10°S, segue como símbolo do desafio da política indigenista aos isolados. Num paradoxo, como assegurar e garantir a liberdade desses povos? Enquanto isso, os livres exercem o direito de resistência e demonstram diplomaticamente que não irão aceitar as mortes de antigamente. As histórias circulam, e eles seguem o caminho de volta entrecortado por trilhas de outros povos. Por essas picadas, os livres também seguem, onde muitos deles tiveram a carne morta devorada pela terra. Um jardim de ossos na paisagem da memória. Num mundo brevemente grande, que já teve seu apocalipse de fogo para esses povos, tais encontros ocorrem entre as ruínas de raízes que insistem em tecer novos convívios e relações.



Boletim Mundo: Apib repudia novo modelo proposto pelo governo para atendimento à saúde dos povos indígenas
SÍTIO CIMI, 15.08.2014

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) divulgou nesta sexta-feira (15) nota pública repudiando a proposta apresentada pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, para criação de um novo modelo de atendimento à saúde para as populações indígenas. Confira na íntegra:

Nota pública sobre o novo modelo institucional proposto pelo governo para o atendimento à saúde dos povos indígenas

Considerando a proposta de um “novo modelo institucional para atendimento de saúde às populações indígenas”, apresentado na segunda-feira, 4 de agosto, pelo ministro da Saúde Arthur Chioro e auxiliares, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), as lideranças da bancada indígena da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e dirigentes do movimento indígena, vêm a público manifestar a sua indignação e repúdio a mais este ato de descaso do atual governo no tratamento dos direitos indígenas. Logo num contexto de ataques sistemáticos a esses direitos, agravados pela conivência e por este novo feito que ao invés de assegurar um futuro melhor, torna mais imprevisíveis as políticas e práticas de atendimento específico e diferenciado aos povos indígenas, na área da saúde.

Os povos indígenas por mais de 10 anos sofreram pelo atrelamento do subsistema de saúde indígena a interesses político-partidários que impossibilitaram que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) se estruturasse devidamente para implementar com eficiência a atenção básica à saúde dos povos indígenas. Por isso se envolveram totalmente nas articulações e mobilizações políticas e legislativas que possibilitaram a criação da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), e inclusive com a indicação, através de suas organizações representativas, do atual Secretário, do senhor Antonio Alves.

Propor um novo modelo, por meio da criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) sem sequer, depois de 4 anos, ter consolidado a Sesai e mostrado diferenças substanciais com relação ao atendimento oferecido pela Funasa, e menos ainda sem ter conversado com nenhum dos segmentos envolvidos na saúde indígena, principalmente os usuários, é de se lamentar e considerar que o Ministério da Saúde e o Ministério do Planejamento estão agindo de acordo com interesses não revelados, de má fé e falta de lealdade, principalmente por parte dos gestores que até o momento tiveram o respaldo do movimento indígena por meio de seus representantes, nas instâncias de controle social, que mesmo funcionando precariamente estão instituídos legalmente.

Com esta medida, o governo, além de frustrar as expectativas dos povos, organizações e lideranças indígenas em relação às condições que poderiam melhorar o atendimento à saúde indígena, que envolve a autonomia política, administrativa e financeira dos Distritos Sanitários

CONT.



Especiais Indígenas (DSEIs), reivindicada há tantos anos, demonstra a sua incapacidade de lidar, senão o seu preconceito, com a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas, acreditando que um novo arranjo institucional testado em espaços urbanos e com perfil privatizante irá pôr fim ao atual quadro de descaso e atendimento precário em que está a saúde dos povos indígenas.

Ao invés de assumir a sua responsabilidade, o governo a transfere para o setor privado, possivelmente para se livrar das pressões e cobranças dos povos indígenas, intenção manifesta na explícita redução, quase que exclusão, do controle social no novo modelo proposto.

Se foi possível a criação de condições para a contratação de servidores efetivos, via concurso, para a Fundação Nacional do Índio (Funai), que cuida de um dos aspectos fundamentais da vida dos povos indígenas –a demarcação e proteção de seus territórios- por quê o governo não faz o mesmo para esta área sensível que é a saúde indígena e prefere jogar recursos públicos para novos arranjos e ações cujos resultados não podem ser garantidos. Por exemplo, quem garante que o INSI facilitará a aceitação e legitimação dos profissionais pelas comunidades, a contratação de membros dessas comunidades e a superação da dificuldade de acesso às aldeias em razão da extensão territorial? Para que mesmo vai servir a Sesai nesse contexto?

Por essas e muitas outras razões, a Apib reivindica do governo, dos Ministérios da Saúde e do Planejamento, que desista desta nova tentativa de regredir com as conquistas dos povos indígenas, garantindo contrariamente a implementação efetiva da Sesai.

Aos povos e organizações indígenas, a Apib chama para ficarem atentos e mobilizados contra quaisquer iniciativas que tentem reverter ou desconstruir direitos conquistados com muita luta, como a própria Sesai, pensada para superar as péssimas condições em que a Funasa deixou o atendimento básico à saúde indígena, mas que não se efetivou por falta de compromissos e vontade política. O governo não poderia ter feito esta absurda proposta que contraria todo o espírito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do subsistema de saúde indígena, afrontando ainda “mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”, estabelecidos pelo Decreto No. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

A Apib relembra por fim que está em andamento o processo de realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista, na qual estará em discussão o tema “A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas sob o paradigma da Constituição de 1988”. Certamente essa será a ocasião para o movimento indígena reiterar a sua autonomia e a superação da relação colonialista que caracterizou a postura histórica desse Estado, bem como a reafirmação “das garantias reconhecidas aos povos indígenas no país” e a proposição de “diretrizes para a construção e consolidação da política indigenista nacional”, tal qual reza o Decreto No. 141 de convocação da Conferência. Nessa perspectiva a política da saúde indígena não pode tomar caminhos diferentes, a não ser para garantir o atendimento realmente de qualidade, específico e diferenciado aos povos indígenas.

Brasília – DF, 14 de agosto de 2014



Índio denuncia caça ilegal em reservas indígenas no Acre

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.08.2014

Funai, Ibama e Polícia Federal realizam fiscalizações. Morte de animais preocupa índios que moram nas terras

Vanísia Nery - Do G1 AC

Francisco Dete da Silva Katuquina, de 43 anos, líder indígena da Aldeia Samaúma, do Povo Katuquina, denunciou a prática de caça ilegal dentro das reservas indígenas, situadas ao longo da BR-364, em Cruzeiro do Sul (AC). De acordo com ele, pessoas de fora das aldeias estão invadindo as áreas e matando animais no local, usando ainda armadilhas e caçada com cachorros.

"Constantemente os homens brancos vêm adentrando nossas matas e caçando aqui, está aparecendo muita gente de fora, eles entram dentro da nossa reserva e matam nossos animais. Na semana passada, mataram anta e queixada na nossa terra", contou o líder.

São seis aldeias do Povo Indígena Katuquina, localizadas na BR-364, onde residem mais de 780 índios, que dependem da caça e da pesca para sobreviver. Os índios contaram que já pensam em outras formas de sobreviver devido a preocupação com a redução dos animais na reserva.

"A nossa área é pequena, e com essa invasão nós estamos preocupados com o que vamos manter nossas famílias daqui a uns cinco anos. Teremos agora que construir açudes para manter nossa família e nossos filhos", alertou o líder indígena.

De acordo com o indigenista da Funai, Ariel Carvalho, algumas fiscalizações estão sendo realizadas na localidade pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Polícia Federal (PF).

"A Funai está fazendo fiscalização junto com o Ibama e a Polícia Federal, o Ibama hoje não tem representação sediada em Cruzeiro do Sul, eventualmente, quando possível, segundo a disponibilidade deles, a gente consegue fazer uma ação que envolva o Ibama também. Com a Polícia Federal que já atua aqui nós conseguimos fazer um trabalho com eles com mais frequência", explicou o indigenista.

O gerente do Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac), em Cruzeiro do Sul, Isaac Ibernnon, explicou que mesmo o órgão não tendo responsabilidade em atuar na área de reserva indígena, as áreas do entorno estão sendo fiscalizadas por eles em busca de evitar as transgressões.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

“Nós temos um problema sério na nossa região, por conta de muitos projetos de assentamento em proximidade com as áreas de terras indígenas. A legislação proíbe a caçada com cachorros, e quem mora na comunidade pode caçar, mas não com cachorro. A legislação diz se a pessoa for pega em flagrante é encaminhada direto para polícia, sendo feito um boletim de ocorrência. Os equipamentos e os animais são apreendidos. As armadilhas também são proibidas, e a implicação é o auto nosso e a legislação criminal”, disse.

Ibernon enfatizou que os moradores devem ajudar os órgão ambientais a identificar os possíveis infratores, devido a dificuldade em realizar o flagrante.



Povo Karajá se reúne para pensar sobre sua cultura

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.08.2014

Durante dois dias, indígenas Karajá estiveram reunidos para proporem ações para o Plano de Salvaguarda das Ritxòkò, suas bonecas de cerâmica

Lilian Brandt Calçavara/AXA

Nos dias 11 e 12 de agosto estiveram reunidos em São Félix do Araguaia (MT) cerca de 60 indígenas da etnia Karajá (autodenominados Iny) para a 1ª Reunião de Articulação para Salvaguarda dos Bens Culturais Registrados do Povo Karajá. A reunião foi promovida em parceria pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o Museu Antropológico, da UFG (Universidade Federal de Goiás) e contou com a presença de ceramistas, artesãos e lideranças Iny dos estados do Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Pará.

Os modos de fazer e as formas de expressão que envolvem a produção das bonecas de cerâmica Karajá foram registrados como um bem cultural nacional em janeiro de 2012. As famosas bonecas de cerâmica, chamadas ritxòkò (na fala feminina) e ritxòò (na fala masculina) são uma importante fonte de renda das famílias Karajá. Somente as mulheres as fazem, utilizando técnicas tradicionais transmitidas de geração a geração.

Ao reconhecer um patrimônio, o IPHAN se compromete também a apoiar sua continuidade de modo sustentável, utilizando para isso o termo "salvaguarda". Embora as bonecas de cerâmica tenham sido a referência para o registro do bem cultural, o objetivo da salvaguarda é contribuir para o fortalecimento da cultura Karajá como um todo, como sua língua, suas expressões artísticas e sua cosmologia.

A UFG, que vem trabalhando junto aos Karajá desde 2008, apresentou uma proposta preliminar de salvaguarda das bonecas de cerâmica Karajá, e esteve aberta às sugestões dos participantes da reunião.

O projeto se divide em 4 grandes metas, sendo a primeira voltada à divulgação das ações do projeto nas aldeias e cidades da região, visando a sensibilização das populações do entorno e o envolvimento do povo Iny. A segunda meta trará cursos de extensão ofertados pela UFG. Os temas ainda não foram definidos, mas a comunidade levantou demandas relacionadas à elaboração, gestão e prestação de contas de projetos e associações, além de formação audiovisual. A terceira etapa será de oficinas de valorização e fortalecimento da cultura, incluindo também intercâmbios entre as aldeias. A quarta meta será a publicação de um ou mais livros produzidos pelos Iny.

Representantes da comunidade receberão formação e treinamento para atuarem como parte

CONT.



da equipe executora no projeto, que deverá iniciar em janeiro de 2015, e terá duração de 24 meses. Para realizar as ações, as 22 aldeias Karajá serão divididas em 6 pólos considerando a proximidade geográfica, havendo ainda um pólo Javaé e um pólo Xambioá, povos que também são Iny.

As ceramistas contribuíram com a reunião contando sobre a dificuldade que têm para realizarem os seus trabalhos. Elas pediram ajuda aos órgãos presentes para que sejam melhoradas as condições de coleta das matérias-primas, produção e transporte da cerâmica.

Para Paulo Moura Peters, do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, esse é apenas um primeiro passo. "A gente tem no Brasil uma riqueza cultural enorme e poucos bens são reconhecidos como Patrimônio Nacional. É muito bom para o povo Iny que as Ritxòkò sejam reconhecidas pelo Estado brasileiro. Isso deve ajudar o povo Iny a conseguir apoios e fortalecer sua cultura".

Além da importância política da reunião, esta foi uma oportunidade única de troca entre os Iny de diferentes regiões. Amigos e familiares que não se encontravam há anos ou que até mesmo não se conheciam puderam conversar sobre suas vidas, as situações das aldeias e trocar ideias sobre projetos.

Cultura Karajá: patrimônio nacional

As pesquisas para identificar e documentar o ofício, os modos de fazer e as formas de expressão que envolvem a produção das Bonecas Karajá foram realizadas nas aldeias Buridina e Bdé-Buré, em Aruanã – GO, e na aldeia Santa Isabel do Morro, ou Hawalò, na Ilha do Bananal – TO. Durante o trabalho de quase dois anos, foram identificadas as matérias-primas, técnicas e etapas de confecção, além dos mitos e histórias narradas pelos Karajá que expressam a rica relação entre seu povo e o rio, a fauna e a flora, as relações sociais e familiares e a organização social.

Aonde um tori (palavra usada pelos iny para designar os não-indígenas) vê um objeto decorativo, o povo Iny vê representações culturais com significados profundos. Tradicionalmente utilizadas como brinquedo pelas meninas, as ritxòkò assumem o papel de reproduzirem o modo de ser Iny, o modo de se pintar, o modo de lidar com diferentes gerações, a estrutura social e familiar. Enquanto brincam com as bonecas ou observam a sua feitura, as meninas recebem importantes ensinamentos e aprendem também as técnicas e saberes associados à sua confecção e usos.

As Ritxòkò têm como inspiração cenas do cotidiano (como mulheres fazendo cerâmica e homens pescando), cenas de rituais (como a iniciação dos rapazes), seres mitológicos, e animais (como tamanduá, veado e tartaruga). Hoje integram o acervo de vários museus no país, são procuradas como objetos de decoração e comercializadas por lojas de artesanato locais, regionais e nacionais.



Indígenas Pirahã e Parintintim serão indenizados por filmagens feita por produtora inglesa

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.08.2014

Indígenas serão indenizados por produtora inglesa de audiovisual. A indenização, no valor total de 70 mil reais, será paga aos índios Pirahã e Parintintim da região de Humatá, no sul do Amazonas, devido ao ingresso irregular em Terra Indígena em novembro de 2013. A produtora inglesa realizou a filmagem para um documentário dentro da Terra Indígena Pirahã, sem autorização da Funai, não atendendo a normativa vigente.

Na ocasião, a produtora havia solicitado junto a presidência da Fundação, o ingresso na Terra Indígena, mas iniciou os trabalhos antes mesmo da conclusão do processo e emissão da autorização.

Ainda faz parte do acordo firmado entre a produtora e a Fundação Nacional do Índio a análise, pelo órgão indigenista, da filmagem produzida na Terra Indígena. Todo o material já foi entregue à Funai para ser avaliado previamente à edição do documentário.



Mostra apresenta cotidiano da cultura indígena de MS

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 15.08.2014

Exposição na capital mostra o cotidiano das nações terena, kadiwéu, guató, ofaié e guarani. Aberta ontem, a Mostra "Nosso Povo, Nossa Terra, Nossos Índios", que integra o calendário dos 115 anos de Campo Grande, está no Memorial Cultura Indígena da aldeia urbana Marçal de Souza, no bairro Tiradentes. Fica numa oca coberta de palha.

O acervo foi cedido pelos fotógrafos e pesquisadores Lelo Marchi, Rômulo Cabral Sá, Suki Osaki, Carlos Dutra e Daiane dos Santos, entre outros, juntamente com arquivos do Museu Nacional do Índio do Rio de Janeiro.

A coordenadora do local, Alice de Oliveira Silva, aponta que a contribuição dos artistas foram fundamentais para a criação da exposição. "Estamos satisfeitos com a participação dos colaboradores, que cederam registros importantes como dos índios Ofaié e Guarani-Caiuás", disse Alice.

A professora Cristiana Maciel Nogueira, da Escola Municipal Sulivan Silvestre Oliveira, da aldeia urbana Marçal de Souza, levou seus alunos da pré-escola para conhecerem o memorial e apreciarem o acervo disponibilizado para visitação. "É um resgate de raízes, de histórias que eles ouviram de antecedentes.

Algumas das fotos expostas foram produzidas por Lelo Marchi, que é acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Ele conta que fez os registros durante a elaboração de um projeto acadêmico de iniciação científica. Até o final do ano, promete lançar o um documentário reunindo as informações que colheu junto a uma aldeia na região de Rio Brilhante.

"O foco foi o processo de reafirmação cultural destes povos. Minha pesquisa é voltada para Antropologia Visual, na qual realizo uma leitura interpretativa das imagens. Fiquei muito feliz em contribuir com a exposição", disse.

Além da exposição, o local oferece a venda produtos confeccionados por artesãos da região. A cacique Terena Enir Bezerra afirma que o espaço contribui diretamente com a renda de cerca de 200 famílias que vivem na aldeia, além de englobar uma representação geral da cultura indígena presente em nosso Estado.

"O espaço implantado em 1999 surgiu no intuito de ajudar na renda das famílias. Atualmente, 20 artesãos deixam aqui a produção para ser comercializada, garantindo assim, grande parte da renda família", avaliou.

De acordo com titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Tecnologia, Turismo e Agronegócio, Edil Albuquerque, o Memorial recebe mensalmente duas mil pessoas, já que está inserido na rota turística do City Tour da Capital. A exposição dará ainda mais visibilidade ao projeto.

“O memorial indígena de Campo Grande é referência do turismo local e esta exposição permanente, com certeza atrairá a população a conhecer mais da história dos povos indígenas que aqui habitam. É importante lembrar que nosso Estado abriga a segunda maior população indígena do país e, por isso, é essencial preservarmos sua memória”, explicou



Jogos Rurais Sol a Sol serão realizados no setor indígena ABC/Guadalupe
SÍTIO FOLHA POPULAR, 15.08.2014

Os Jogos Rurais Sol a Sol são realizados no município de Tenente Portela desde o ano de 1994, e tem como objetivos Integrar as famílias rurais despertando o espírito participativo e promovendo o desenvolvimento físico, social e cultural; atingir e integrar a família como um todo; desenvolver nas comunidades o espírito de melhorias na área de lazer; angariar fundos econômicos para as comunidades usarem em necessidades e proporcionar às comunidades a oportunidade de assumirem compromissos e a tomarem atitudes de ação.

Podem competir representando suas comunidades, ou comunidades próximas com as quais tenham vínculo através de alguma forma associativa ou participativa, os agricultores, jovens e crianças, desde que tenham vínculo com o meio rural e e aceitos pelas comunidades.

Não podem participar jovens que estão prestando serviço militar, pessoas que residem em áreas urbanas e trabalham em atividades não agrícolas, e as pessoas da comunidade que está sediando os Jogos.

As modalidades desportivas são disputadas em um mesmo dia, todas simultaneamente. Futebol de salão; voleibol; bolãozinho de mesa; canastra; cabo-de-guerra, serra de lenha; espiribol; corrida maluca; chute ao pneu; bocha 48; torneio de pênaltis e arco e flecha. Só o bolãozinho de mesa é disputado por mulheres, às outras modalidades serão disputadas por ambos os sexos. Também entra como modalidade a escolha da atleta Sol a Sol, que receberá a faixa da atleta escolhida em 2013.

A partir do ano de 1997, os povos indígenas da Reserva do Guarita começaram a participar das atividades desportivas, representados pela comunidade de Pedra Lisa. Atualmente quatro setores indígenas participam dos Jogos.

Durante os 21 anos de realização dos jogos, as modalidades disputadas foram sendo atualizadas, de acordo com as solicitações das comunidades, mas de modo geral as variações não foram muito significativas, permanecendo em disputa as modalidades mais tradicionais.

O 20º Jogos Rurais Sol a Sol de Tenente Portela será realizados no domingo, 17, na comunidade Indígena do ABC/Guadalupe, às margens da RS 330, pela primeira vez em uma comunidade indígena. Estão inscritas 571 pessoas que disputarão várias modalidades das 22 comunidades.

É responsabilidade da comunidade que sedia os jogos oferecer churrasco, bebidas, saladas, pães, cucas e lanches variados.

Mais informações podem ser adquiridas na sede Emater /Ascar em Tenente Portela ou pelo telefone (55) 35511537



Terminal ferroviário e escola indígena são principais metas

SÍTIO O PARANÁ, 15.08.2014

Obras rodoviárias e constantes avanços do IDH também são bandeiras

Jean Paterno

A Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu comemora hoje os seus 30 anos de atividades. Para festejar, um jantar vai recepcionar, no Restaurante Capeletti, em Laranjeiras do Sul, prefeitos, secretários e autoridades que acompanham os avanços da entidade nessas três décadas de fundação. A associação abrange 21 municípios que estão próximos às divisas de três regiões geográficas do Estado: Oeste, Sudoeste e Centro-Sul. "São de pequeno porte e que têm inúmeros desafios em comum", segundo o presidente, o prefeito de Quedas do Iguaçu, Edson Prado, o Jacaré (PP).

A principal missão da Cantuquiriguaçu é trabalhar por contínuos avanços sociais e econômicos aos municípios por ela abrangidos. E os resultados são inúmeros e consistentes, conforme Jacaré. Ele se refere à criação do Território da Cantu, que permite o recebimento de recursos para a realização de projetos estruturais e de renda, de ações pela elevação do Índice de Desenvolvimento Humano e também pela execução de projetos que melhorem a autonomia da região.

Um dado mostra que a integração dos prefeitos e das forças organizadas da região gera bons frutos: a Cantuquiriguaçu foi uma das regiões com o melhor índice de crescimento de PIB em 2013 no Sul do Brasil, de 18%. "Muito foi feito, mas ainda temos inúmeros desafios que precisam ser vencidos", conforme Jacaré. Um dos eventos que contribuem para a integração regional são os Jogos da Cantu, que em sua edição mais recente ofereceu como prêmio um micro-ônibus ao vencedor geral da competição.

Obras

As atuais bandeiras da entidade são a implantação de terminal ferroviário em Laranjeiras do Sul, de uma universidade indígena em Nova Laranjeiras e obras de recuperação rodoviária nos trechos entre Quedas do Iguaçu e Rio Bonito, Marquinho e Cantagalo, Pinhão e Reserva do Iguaçu e de Pinhão a Candói. Com a implantação de uma estrutura ferroviária, a região conseguirá reduzir em até 40% o valor da tonelada de calcário, hoje na casa dos R\$ 160. Com isso, os municípios, essencialmente agrícolas, poderão melhorar e valorizar as suas produções primárias.



Fortalecimento da língua indígena Apyãwa

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 15.08.2014

Este artigo relata um instigante trabalho de pesquisa realizado na área de linguística pelos índios pertencentes à etnia Tapirapé, conhecidos também pela denominação de Apyãwa, falantes de uma língua pertencente ao tronco tupi guarani, habitantes da região nordeste do estado de Mato Grosso, nos municípios de Confresa e Santa Terezinha, com uma população de mais de novecentos indígenas distribuídos em várias aldeias pertencentes à Terra Indígena Urubu Branco e à Terra Indígena Tapirapé/Karajá.

O contato cada vez mais frequente dos indígenas com a população não índia fez emergir uma demanda pela tradução de palavras que não faziam parte do cotidiano dos povos indígenas destas aldeias e, que não existiam no vocabulário da língua materna deste povo.

Para entender melhor a extensão deste trabalho desenvolvido pelos professores indígenas na escola juntamente com os seus alunos, vamos citar como exemplos algumas palavras criadas, a partir de um exaustivo trabalho que envolveu inclusive os mais velhos da aldeia, na elaboração de novas palavras para traduzir objetos, coisas e situações que não existiam na cultura deste povo.

Podemos citar como exemplo: 'mexo'i' (bolacha), 'miape' (pão), 'xayenyra'ygãwa' (lanterna), 'koroxo' (bolo), 'kawiawy' (café), 'arapatoxiga' (açúcar), 'yakopy' (bicicleta), 'paako'akawi' (café com leite), 'ywakapiãwa' (foguetes), 'xapewakwy' (boné), 'kojaixiga' (bola), 'arapatora' (rapadura), 'xapawa' (sabão), 'karawa' (galão), entre outras.

Esta iniciativa tem uma importância fundamental no fortalecimento da língua Apyãwa (Tapirapé), pois trata do estabelecimento de um trabalho de política linguística, cujo objetivo principal consiste na manutenção da língua materna como primeira língua, ou seja, como uma língua viva.

O passo seguinte consiste na montagem de um dicionário bilíngue, com a palavra em português e a sua tradução na língua indígena, para que seja usado como material didático na escola e também para aprendizado de toda a comunidade.

As comunidades indígenas têm conhecimentos milenares construídos durante décadas sobre o homem e o mundo natural. Essas informações são transmitidas de geração em geração até chegar aos dias atuais. Por tanto, o modo de educar suas crianças é diferente entre cada povo, principalmente da educação dos não índios. Assim a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos, enquanto a educação escolar indígena vem fortalecer seus projetos socioculturais, abrindo caminhos universais necessários para crescimento da sua sobrevivência no mundo global.

A escola é um lugar que não está separado da comunidade, ela está ligada com a realidade de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2014

Brasília, 15 de agosto de 2014.

cada povo. Cabe a ela articular os processos de educação tradicional dos indígenas dentro de um sistema educacional que valorize as práticas culturais.

Elias Januário é antropólogo e historiador, escreve às sextas-feiras em A Gazeta. E-mail: eliasjanuario@terra.com.br